

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Isabela Silveira Mello

**QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE HABITAM A PLANÍCIE FLUVIAL DO
RIO JAGUARI NO MUNICÍPIO DE JAGUARI/RS?**

Santa Maria, RS

2020

Isabela Silveira Mello

**QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE HABITAM A PLANÍCIE FLUVIAL DO RIO
JAGUARI NO MUNICÍPIO DE JAGUARI/RS?**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ane Carine Meurer

Santa Maria, RS

MELLO, ISABELA SILVEIRA
QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE HABITAM A PLANÍCIE FLUVIAL
DO RIO JAGUARI NO MUNICÍPIO DE JAGUARI/RS? / ISABELA
SILVEIRA MELLO.- 2020.
92 p.; 30 cm

Orientadora: ANE CARINE MEURER
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2020

1. Enchentes 2. Território 3. Segregação Sócio
Territorial I. MEURER, ANE CARINE II. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da unsm. dados fornecidos pelo autor(a). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt vatta cms 10/1728.

Declaro, ISABELA SILVEIRA MELLO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

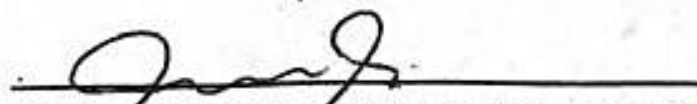
Isabela Silveira Mello

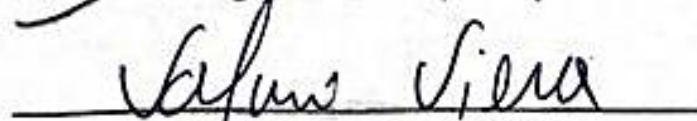
**QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE HABITAM A PLANÍCIE FLUVIAL DO RIO
JAGUARI NO MUNICÍPIO DE JAGUARI/RS?**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Aprovado em 31 de janeiro de 2020:


Ane Carine Meurer, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)


Michele Monguilhott, Dra. (UFSC) - Parecer


Valmir Viera, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2020

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de estudos para que esta pesquisa se tornasse possível. Aos presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, por oportunizarem uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade a milhões de jovens no país.

À comunidade atingida pelas inundações no município de Jaguari – RS, os quais sempre estiveram disponíveis para participar da pesquisa e oferecer um mate.

Aos professores Valmir Viera e Michele Monguilhott, que me acompanham desde a graduação e sempre estiveram dispostos a contribuir com a minha formação bem como com a pesquisa.

À minha amiga e orientadora, Ane Carine Meurer, pela oportunidade, dedicação e confiança depositada em mim e em meu trabalho.

Aos colegas orientados pela professora Ane, pela amizade que construímos ao longo desse processo, e pela disponibilidade de todos sempre.

À minha avó, minha mãe e meu irmão, por estarem sempre na torcida, mesmo que distante. Ao Henrique, pelo companheirismo, apoio e amor dedicado a mim todos os dias. E à Molly, por existir e ser minha fiel companheira. - “O amor que move tudo aqui. ”

Ao amigo e companheiro de todas as horas, Thomás Lixinski, por cada trabalho de campo, e por todas as “indiadas” da vida nestes longos anos de parceria e amizade.

Muito obrigada!

“A vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos ”.

-Haesbaert (2011).

RESUMO

QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE HABITAM A PLANÍCIE FLUVIAL DO RIO JAGUARI NO MUNICÍPIO DE JAGUARI/RS?

AUTORA: Isabela S. Mello
ORIENTADOR: Ane Carine Meurer

As enchentes são eventos extremos de precipitação, desta forma, as regiões ribeirinhas às planícies de inundação estão propensas aos impactos das grandes cheias dos rios. No estado do Rio Grande do Sul diversos são os municípios que contam com uma significativa população residindo as margens dos rios. Em Jaguari, na Região Central do Estado, este fenômeno acontece pelo menos uma vez por ano, onde o rio que dá nome a cidade extravasa seu leito e seus afluentes, obrigando diversas famílias a saírem de suas residências. Por ser um município de pequeno porte com aproximadamente 11 mil habitantes, os episódios de inundação são recorrentes e impactam diretamente a vida das populações que ali residem. Grande parte da população atingida pelas inundações do Rio Jaguari, estão inseridas em núcleos habitacionais de baixa renda e carregam consigo algumas indignações quanto a atuação dos órgãos competentes. Esta pesquisa teve o intuito de caracterizar e discutir quem são os sujeitos atingidos pelas inundações no município de Jaguari/RS, se estes carregavam consigo características de populações ribeirinhas, ou não. Através da metodologia do estudo de caso e da aplicação de questionários semiestruturados juntamente com a abordagem quantitativa pode-se chegar a resultados satisfatórios que forneceram subsídios para que fosse possível responder a questão norteadora que deu início ao trabalho. Por fim, a partir da análise dos resultados pode-se concluir que esta população na verdade está condicionada a viver num espaço de segregação sócio territorial, onde não são assistidos pela prefeitura, poucas vezes recebem ajuda dos mesmos e diante disto, não se organizam objetivando reivindicar melhorias para o seu território.

Palavras-Chaves: Enchentes. Território. Segregação Sócio Territorial.

ABSTRACT

WHO ARE THE SUBJECTS THAT LIVE IN THE JAGUARI RIVER PLAIN IN THE MUNICIPALITY OF JAGUARI / RS?

AUTHOR: Isabela S. Mello
ADVISOR: Ane Carine Meurer

Floods are extreme precipitation events, so the riverside regions of the floodplains are prone to the impacts of major river floods. In the state of Rio Grande do Sul there are several cities that have a significant population residing on the banks of the rivers. In Jaguari, in the central region of the state, this phenomenon occurs at least once a year, where the river that names the city spills into its bed and its tributaries, forcing many families to leave their homes. As it is a small city with approximately 11 thousand inhabitants, flooding episodes recur and directly impact the lives of the people who live there. Most of the population affected by the floods of the Jaguari River, are inserted in low-income housing units and carry with them some indignation regarding the actions of the competent agencies. This research aimed to characterize and discuss who are the subjects affected by flooding in the city of Jaguari/RS, whether they carried characteristics of riverside populations or not. Through the case study methodology and the application of semi-structured questionnaires together with the quantitative approach, it is possible to reach satisfactory results that provided subsidies to answer the guiding question that started the work. Finally, from the analysis of the results it can be concluded that this population is in fact able to live in a space of social and territorial segregation, where they are not assisted by the city, rarely receive help from them and, therefore, are not organized in function of claiming improvements for its territory.

Keywords: Floods. Territory. Socio-Territorial Segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização de Jaguari.	16
Figura 2 - Mapa de Localização do Município de Jaguari na Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí.	23
Figura 3 - Mapa de Jaguari/RS com seus municípios limítrofes.	24
Figura 4 – Imagem do Google Earth® localizando a Sanga do Curtume e o Rio Jaguari.	26
Figura 5 - Mapa do Risco de Inundação.....	27
Figura 6 - Modelo Digital de Elevação.	29
Figura 7 – Mapa do relevo do município de Jaguari/RS.	30
Figura 8 - Fotos de enchentes históricas no município.....	31
Figura 9 – Localização das áreas de interesse.	37
Figura 10 – Pontos das residências da população entrevistada.	53
Figura 11 – Anúncio em rede social de um terreno para venda no município.	55
Figura 12 – Anúncio em rede social de um terreno para venda no município.	55
Figura 13 – Sexo dos entrevistados.....	57
Figura 14 – Naturalidade dos entrevistados.	58
Figura 15 – Tempo de residência no local.	58
Figura 16 - Propriedade das residências dos entrevistados.	59
Figura 17 – Grau de instrução dos entrevistados.	60
Figura 18 – Lixo da enchente de 2018 na frente da casa do morador.	61
Figura 19 – Sexo dos entrevistados na área 1.....	63
Figura 20 - Propriedade das residências dos entrevistados na área 1.	64
Figura 21 – Naturalidade dos entrevistados na área 1.	64
Figura 22 – Tempo de residência dos entrevistados na área 1.....	65
Figura 23 - Grau de Instrução dos entrevistados na área 1.....	65
Figura 24 – Incidência de inundação na área 1.	66
Figura 25 – Moradores tirando os móveis das residências.	67
Figura 26 – Auxílio aos entrevistados na área 1.....	67
Figura 27 – Sexo dos entrevistados na área 2.....	68
Figura 29 – Incidência de inundação dos entrevistados na área 2.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da População do Município de Jaguari/RS por idade.	34
Tabela 2 - Faixa etária dos entrevistados.	57
Tabela 3 – Faixa etária dos entrevistados na área 1.....	63
Tabela 4 – Faixa etária dos entrevistados na área 2.....	69
Tabela 5 – Faixa etária dos entrevistados na área 3.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Profissões exercidas pelos moradores.....	77
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
AP	Áreas Protegidas
CORSAN	Companhia Rio-grandense de Saneamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDE	Modelo Digital de Elevação
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
RTK	Real Time Kinematic
GNSS	Sistema Global de Navegação por Satélite
GPS	Sistema de Posicionamento Global
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
S2ID	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	22
2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE JAGUARI	22
2.1.1 Eventos Extremos de Precipitação	32
2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE JAGUARI	33
3 CAMINHOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	35
4 REFERENCIAL TEÓRICO	40
4.1 ESPAÇO	41
4.2 TERRITÓRIO	44
4.3 RIBEIRINHOS.....	47
4.4 ESPAÇOS SEGREGADOS	49
5 JAGUARI: TERRITÓRIO DE QUE (M)?	52
5.1 TERRITÓRIO JAGUARIENSE	56
5.1.1 Bairro Sagrado Coração de Jesus – Área 1	62
5.1.2 Bairro Centro – Área 2	68
5.1.3 Bairro Rivera – Área 3	71
6 A COPRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DOS SUJEITOS ATINGIDOS PELAS ENCHENTES EM JAGUARI/RS	75
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	87
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADO	88
ANEXO A – PORTARIA Nº 209 DE 21 DE AGOSTO DE 2014	89
ANEXO B – RELATÓRIO DE DANOS DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC	90

1 INTRODUÇÃO

O crescimento desenfreado das cidades juntamente com o êxodo rural¹, tem contribuído de forma especial para o aumento das populações nas áreas urbanas dos municípios. Diversas são as causas desse crescimento, mas o sistema de produção capitalista que vem se desenvolvendo de forma desigual na sociedade atual tem se tornado um dos maiores “vilões” do crescimento desordenado das cidades, neste crescimento desordenado das cidades está incluído o município de Jaguari – RS.

Por consequência deste aumento populacional, diversas cidades no estado do Rio Grande do Sul contam com uma significativa população vivendo às margens dos rios, por não haver mais espaço nos centros urbanos; fato este que é noticiado inúmeras vezes por ano na mídia, conforme pode-se visualizar na reportagem de Gross (2019).²

Dentre esses municípios, nesta pesquisa, destaca-se Jaguari, na Região Central do Estado, onde uma parte expressiva da população é atingida pelas cheias do rio Jaguari, ao menos uma vez por ano, como mostra a reportagem da Rádio Santiago³, de 20 de Outubro de 2016.

Silva e Souza Filho (2002, p. 27) discutem que, para as populações ribeirinhas, o rio não é apenas um elemento do cenário ou paisagem, mas algo constitutivo do modo de ser e viver do homem. De modo que, conceituam essas populações que vivem às margens dos rios como ribeirinhos. Segundo o dicionário Luft (2009), entende-se por ribeirinho “que se encontra ou mora próximo de um rio ou ribeiro; marginal, justafluvial”.

A partir desta perspectiva, este estudo propõe descobrir quem são os sujeitos que residem na planície fluvial do rio Jaguari no município de Jaguari, na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul.

¹Êxodo rural é o termo pelo qual se designa a migração do campo por seus habitantes, que, em busca de melhores condições de vida, se transferem de regiões consideradas de menos condições de sustentabilidade a outras, podendo ocorrer de áreas rurais para centros urbanos.

²GROSS, Laura (2019). Fronteira Oeste registra centenas de desabrigados e quadro de enchente pode piorar. Disponível em: <<https://guaiba.com.br/2019/01/10/fronteira-oeste-registra-centenas-de-desabrigados-e-quadro-de-enchente-pode-piorar/>>.

³Rádio Santiago. Cheia do Rio Jaguari: Município decreta situação de emergência. Disponível em: <<http://www.radiosantiago.com.br/geral/cheia-do-rio-jaguari-municipio-decreta-situao-de-emergencia>>

A questão de partida da qual emerge este estudo refere-se à hipótese de que por esses sujeitos morarem/residirem às margens do rio em Jaguari, eles produzissem sua vida a partir dos meios que o rio proporciona. No entanto, no decorrer da pesquisa, percebeu-se que as características que formalizam uma vivência ribeirinha não se constituíam como prática desta população, ou seja, viver da pesca, da extração de areia, de hábitos, costumes e modos de vida intrínsecos ao território ribeirinho.

Para Gottmann (2012), o território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos. Da mesma forma no que se refere ao tema, Marcelo José Lopes de Souza (1996) apresenta o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Neste sentido, Santos (1978) traz que o território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área. Assim:

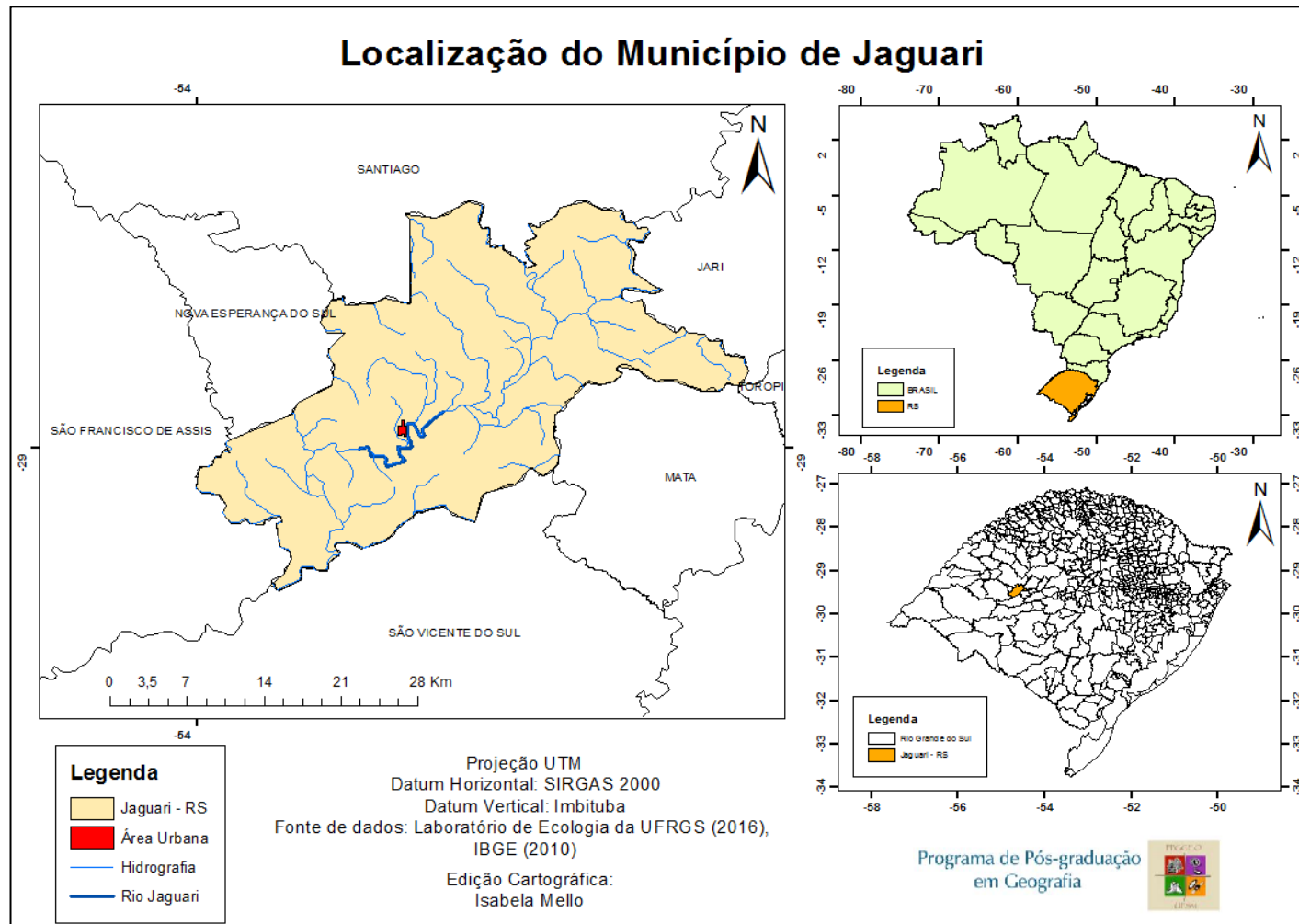
O território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (SANTOS, 1978 p. 86).

É de conhecimento da comunidade geográfica que o surgimento das cidades se deu às margens dos rios, sendo eles os responsáveis integralmente pela formação das civilizações. Em Jaguari, na região central do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1) aconteceu exatamente este fenômeno, bem como é realidade de outras cidades da região⁴.

Considerada uma cidade de pequeno porte, com uma área de 672.735 km² e aproximadamente 11.500 habitantes, segundo o último Censo do IBGE (2010), Jaguari é conhecida como a cidade das belezas naturais. O rio Jaguari faz parte da Bacia Hidrográfica do Ibicuí, corta a cidade do início ao fim, tendo em média 1,7 km de extensão junto à área urbana do município.

⁴ Região é uma grande extensão de terreno. É um território que, pelo clima, solo, vegetação, produção econômica e outras características próprias, se diferenciam dos territórios próximos. É uma área delimitada, demarcada, estabelecida.

Figura 1 - Mapa de localização de Jaguari.



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Em Jaguari, observam-se algumas manifestações de territorialidades⁵ já construídas e bem delimitadas, onde o espaço urbano deste município é organizado a partir da estrutura geológica local, uma vez que conta com áreas de relevo montanhoso e de planície. Com isso, a parte elevada da cidade se diferencia em alguns aspectos, tais como a renda, a escolaridade, acesso aos serviços públicos, entre outros, da população que ocupa as áreas de planície, haja vista que esta estrutura natural é ocupada em sua maioria por uma população que vive à beira do rio. Sendo assim, os moradores que ocupam as áreas de planícies são denominados de ribeirinhos. Ainda, o PNPCT sinaliza que a população tradicional que mora nas proximidades dos rios e sobrevive da pesca artesanal, da caça, do roçado e do extrativismo (do rio) é denominada de ribeirinha.

No emergir de leituras efetivadas em torno do tema “ribeirinhos”, nota-se que se trata de uma população específica, que faz parte das populações tradicionais. As populações tradicionais, entre elas os ribeirinhos, foram reconhecidas pelo Decreto Presidencial nº 6.040/2007, no qual o Governo Federal reconhece, a partir da luta dos movimentos sociais organizados, pela primeira vez na história, a existência formal de todas as chamadas populações tradicionais. Nele, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em que todas as políticas públicas decorrentes da PNPCT beneficiaram oficialmente o conjunto das populações tradicionais, incluindo ainda faxinalenses⁶, comunidades de

⁵O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. (ALBAGLI, 2004)

⁶O sistema faxinal é um sistema camponês tradicional de produção animal e agrícola encontrado no sul do Brasil e especialmente no estado do Paraná. Um faxinal é caracterizado pelo uso comum da terra para produção animal coletiva através de criadouros comunitários, produção agrícola para consumo e comercialização e de extrativismo florestal de baixo impacto.

fundo de pasto ⁷ ", pantaneiros ⁸ , caiçaras ⁹ , ribeirinhos, seringueiros ¹⁰ , castanheiros¹¹, entre outros. Estes grupos sociais vivem em estreita interação com o ambiente natural e cultural, reconhecendo-se como pertencentes ao meio (território) e adotando práticas juridicamente concensuradas pelo grupo social.

Como afirma Arruda, são essas populações que:

Apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. Essas populações – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – em geral ocupam a região há muito tempo, não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (ARRUDA, 2000).

Por conseguinte, observa-se que estas populações têm uma ligação muito forte com o rio, onde ele faz parte integralmente de suas vidas pelo fato de necessitarem dele para desenvolverem suas atividades de subsistência, o que configura o modo de vida destes sujeitos.

No entanto, no Brasil enfrentam-se dificuldades no levantamento e discussão das problemáticas de comunidades, que, hoje, são abandonadas pela sociedade, obrigando esses sujeitos pertencentes a grupos específicos à marginalização da sociedade, mesmo nela estando inseridos. Em Jaguari,

⁷Estas comunidades de fundos de pasto, caracterizam pela posse e uso contínuo da terra e dos seus recursos. Costuma-se afirmar que nestes espaços o bode é o rei. Porque no fundo de pasto, os animais são criados livremente, sendo reconhecidos por algumas marcas feitas pelos seus donos.

⁸Pantaneiro é o habitante tradicional do ecossistema Pantanal. Os pantaneiros tradicionais vivem com as condições oferecidas pela própria natureza, adaptando-se aos períodos das chuvas, que alagam a região por um longo tempo.

⁹Denominam-se caiçaras os habitantes tradicionais do litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil, formados a partir da miscigenação entre índios, brancos e negros e que têm, em sua cultura, a pesca artesanal, a agricultura, a caça, o extrativismo vegetal, o artesanato e, mais recentemente, o ecoturismo.

¹⁰Seringueiro é o personagem típico da região dos seringais. É aquele que extrai o látex das seringueiras e viabiliza sua transformação em borracha natural. Seringalista é o proprietário do seringal. A seringueira é uma planta brasileira (*hevea brasiliensis*) da família das euforbiáceas, originária da Amazônia.

¹¹Castanheiros são grupos que passam períodos maiores acampados na mata, especialmente quando há boa safra (grande produção ou bons preços pagos pelos compradores), com o objetivo de aumentar o lucro no final da temporada. Depois desta etapa, os castanheiros trabalham então na quebra dos ouriços com o facão.

algumas políticas públicas buscam amenizar os impactos proferidos contra essa população que vive as margens do rio, os quais se encontram, em sua maioria, no bairro Sagrado Coração de Jesus, bairro Centro e bairro Rivera, entretanto, essas ações governamentais estão longe de se alcançar uma totalidade em suas resoluções.

O estado do Rio Grande do Sul vem sofrendo nos últimos anos com as consequências dos eventos climáticos e meteorológicos extremos de origem hidrológica como as inundações e enchentes, estas, muitas vezes em áreas urbanas habitadas.

As planícies fluviais são sujeitas a enchentes e inundações, pois são mais propensas aos impactos das grandes cheias, a incidência das inundações influencia a classe média e alta a se afastarem das áreas urbanas definidas como área de risco, fazendo com que a especulação imobiliária sobre as áreas mais nobres da cidade pressione a população menos favorecida a ocupar os ambientes naturais impróprios para moradia (COELHO, 2001). Sabe-se, então, que nestas áreas as enchentes causam grandes prejuízos aos atingidos, tornando difícil a remoção dos flagelados e seus pertences para locais seguros; consolidando assim uma expansão urbana caracterizada por desigualdades socioterritoriais.

Portanto, quando as pessoas passam a ocupar áreas passíveis de enchentes e escorregamentos, elas se tornam vulneráveis a estes eventos naturais. No contexto das cidades brasileiras (Brasil, 2007), essas áreas correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda, ditos assentamentos precários ou subnormais. Para Cardoso (2016), os assentamentos precários apresentam várias configurações, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados etc., a corresponder cada denominação a uma forma específica de processo de produção destes assentamentos.

Bueno (2003) destaca que a precariedade pode se referir ao *risco* (alagamento, deslizamento, etc.), e/ou à *acessibilidade* (dimensionamento e condições de circulação do viário); e/ou à *infraestrutura* (água, esgoto, lixo, pavimentação, energia, drenagem, iluminação pública); e/ou ao *nível de habitabilidade das edificações* (salubridade, segurança, densidade da unidade habitacional – número de cômodos e/ou área adequada ao tamanho da família,

número de pessoas por cômodo servindo de dormitório adequados – condições de insolação e ventilação, disponibilidade de sanitário interno); e/ou à *qualidade ambiental do assentamento* (densidade, área verde por habitante, área de praça por habitante, grau de arborização, nível de poluição atmosférica, dos corpos hídricos ou do solo etc.).

A Política Nacional de Defesa Civil (Brasil, 2000) aponta alguns tipos de fragilidades dentre elas a vulnerabilidade social, que se distingue em aspectos socioeconômicos como: nível de renda e as condições estruturais dos domicílios e aspectos socioculturais e, também, sociopolíticos. Tal afirmação comprova a carência educacional e socioeconômica da população que é atingida frequentemente pelas inundações.

Deste modo, em Jaguarí acontecem por ano em torno de três cheias do rio, segundo o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID, do Governo Federal, tais eventos estão relacionados no Anexo 1, estes mobilizam a defesa civil e a comunidade que habita em torno do rio.

A importância desta pesquisa reside na necessidade e relevância de se problematizar o tema referente à comunidade ribeirinha Jaguaríense, e a importância social desta discussão para os sujeitos atingidos pelas enchentes no referido município.

Além disso, destaca-se a relevância acadêmica desta investigação, principalmente em mostrar as particularidades inseridas neste contexto, para que a realidade da pesquisa possa servir para estudos futuros, atualização de dados e renovação na temática pesquisada. Ainda, enfatiza-se que se trata de um tema atual, o qual discute, principalmente, sobre uma população invisibilizada no cenário das práticas sociais.

O terceiro motivo que tece o quão significativo se revela este estudo alicerça-se na falta de materiais sobre sujeitos que vivem na planície fluvial, e que são “intitulados” ribeirinhos no Rio Grande do Sul e não são estudados pela comunidade acadêmica, pelo fato de a maioria das pesquisas que retratam a vida das populações ribeirinhas se referirem aos ribeirinhos da Amazônia, ou do Rio São Francisco, relacionadas principalmente à pesca.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi **analisar e compreender** o território ocupado pela população que residem na planície fluvial do rio Jaguarí em Jaguarí/RS. E mais especificamente:

- a) Mostrar a realidade geográfica do município;
- b) Apresentar os conceitos de espaço, território, ribeirinhos, espaços segregados;
- c) Caracterizar a população que vive na planície fluvial do rio Jaguari em Jaguari/RS.

A partir dos objetivos propostos, essa dissertação está organizada em 6 capítulos, no primeiro a autora introduziu a temática que será abordada no decorrer do texto, bem como fez um resumo do que será elencado durante o trabalho. O segundo capítulo apresenta a caracterização da área de estudo, com utilização de mapas temáticos para explicitar a realidade geográfica e socioeconômica do município. O terceiro capítulo diz respeito aos métodos e técnicas de pesquisa, e posteriormente, no capítulo 4 temos uma densa revisão bibliográfica acerca dos conceitos utilizados na referida dissertação. O capítulo cinco é específico para os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários semi estruturado, nele, estes dados são apresentados em forma de gráficos e tabelas.

Por fim, no capítulo 6 se realiza o fechamento do trabalho, na demonstração dos dados obtidos e dos conceitos trabalhados para, enfim, poder responder à pesquisa norteadora.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

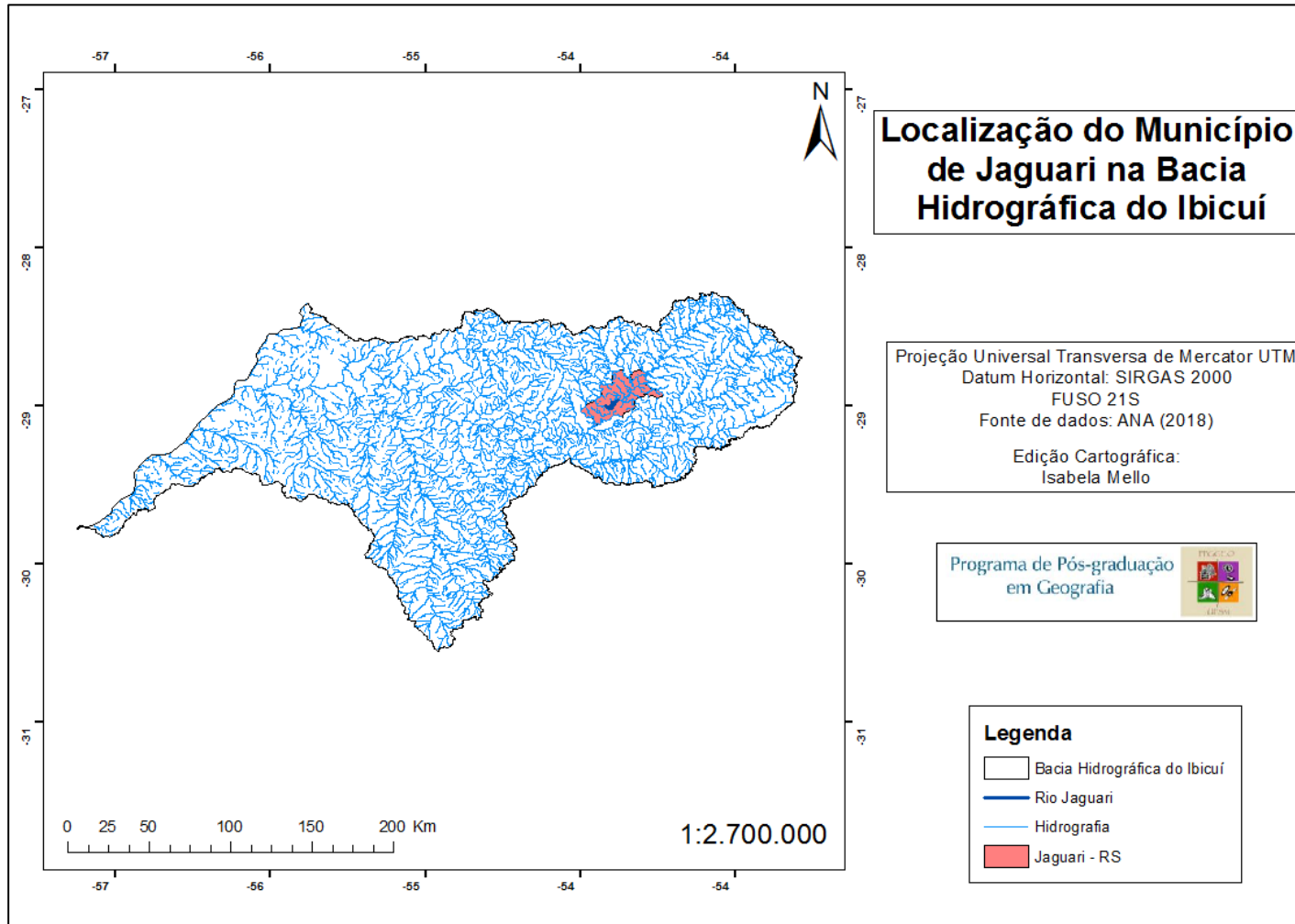
2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE JAGUARI

Na região centro do estado do Rio Grande do Sul está a bacia do Rio Jaguari, a qual compõe parte da bacia hidrográfica do Rio Ibicuí (Figura 2). A bacia do Ibicuí é a maior de todas as bacias do Rio Grande do Sul, com 36.397,69 km², situa-se a oeste do Estado, entre as coordenadas geográficas 28°53' e 30°51' de latitude Sul e 53°39' e 57°36' de longitude Oeste, abrangendo 30 municípios, drenando uma área de aproximadamente 35 km², contando com uma população total de 414.321 habitantes. O Rio Jaguari é um dos principais rios existentes dentro dela.

O território municipal está localizado na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, na microrregião de Santa Maria (composta, ainda, pelos municípios de Cacequi, Dilermando de Aguiar, Itaara, Mata, Nova Esperança do Sul, Santa Maria, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Toropi e Vila Nova do Sul) (Prefeitura Municipal de Jaguari, 2015).

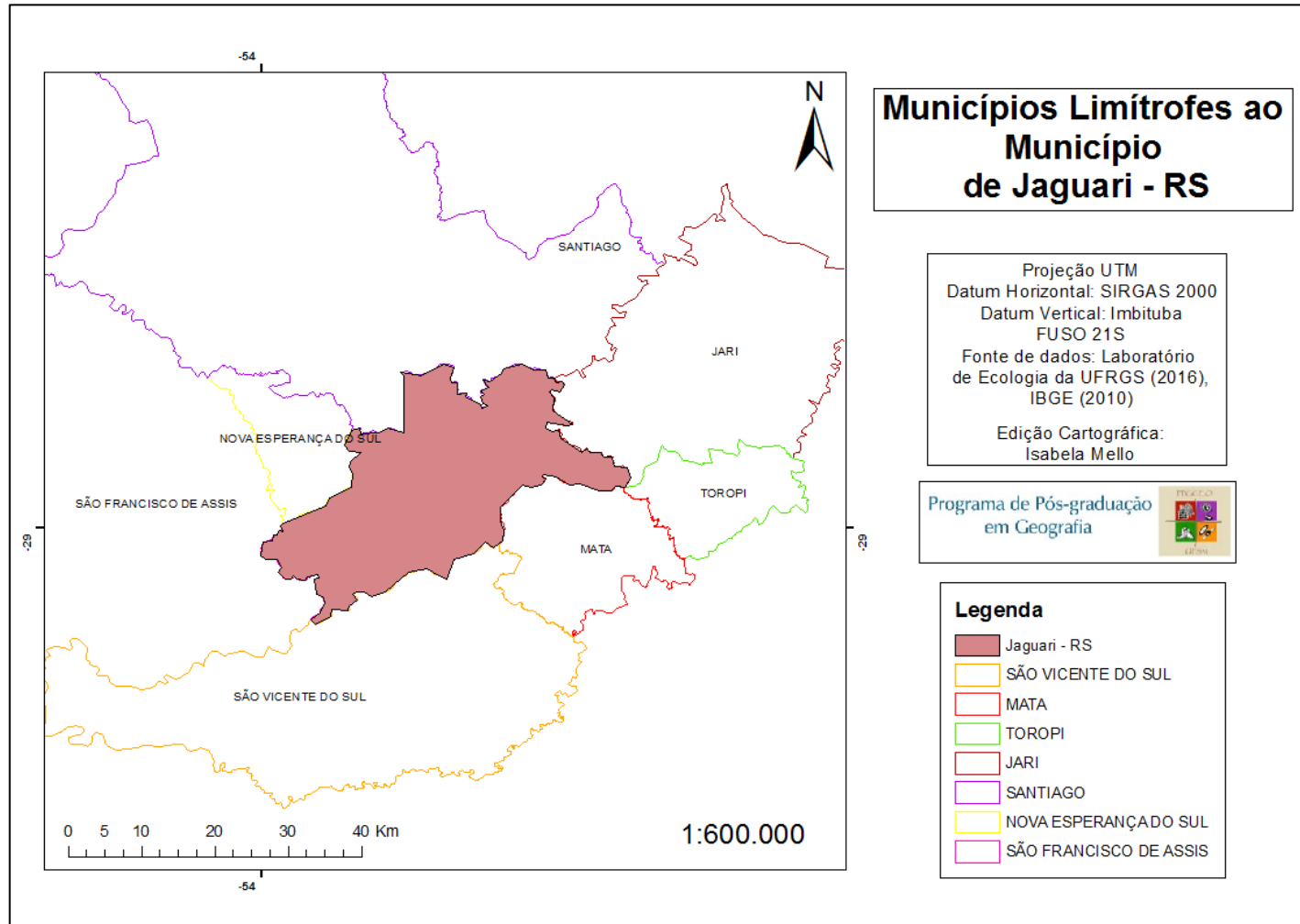
O município de Jaguari está localizado a aproximadamente 102 km de Santa Maria - RS e 400 km da capital do estado, de Porto Alegre – RS e possui uma área geográfica de 672,735 km², com uma altitude média de 112 metros em relação ao nível do mar (Figura 3).

Figura 2 - Mapa de Localização do Município de Jaguari na Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Figura 3 - Mapa de Jaguari/RS com seus municípios limítrofes.



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Jaguari está limitado pelas coordenadas 29°17'52" S e 54°51'56" W, e está abrangido pelo fuso 21 do Sistema de referência SIRGAS 2000¹².

Outrossim, Jaguari está dividido em quatro distritos, sendo o primeiro correspondente à sua sede urbana, o segundo denominado Distrito de Santo Izidro, o terceiro é o Distrito de Ijucapirama e o 4º distrito chama-se Taquarinchin. Está situada entre dois conjuntos fisiográficos, chamados de Planalto Meridional Brasileiro e Depressão Central ou Periférica, apresentando uma variação altimétrica que varia de 112 na sua porção sul, e 400 metros na porção norte. Por estar localizado sobre uma zona de transição, apresenta quatro compartimentos geomorfológicos, o Topo do Planalto, o Rebordo do Planalto, a Depressão Central e a Planície Aluvial.

O município em estudo, em quase toda a sua totalidade, é banhado pelo Rio Jaguari, e o desenvolvimento deste sempre esteve atrelado ao rio, onde o mesmo atravessa a área urbana de Jaguari, tendo em média 1,7 km com influência sobre a área urbana.

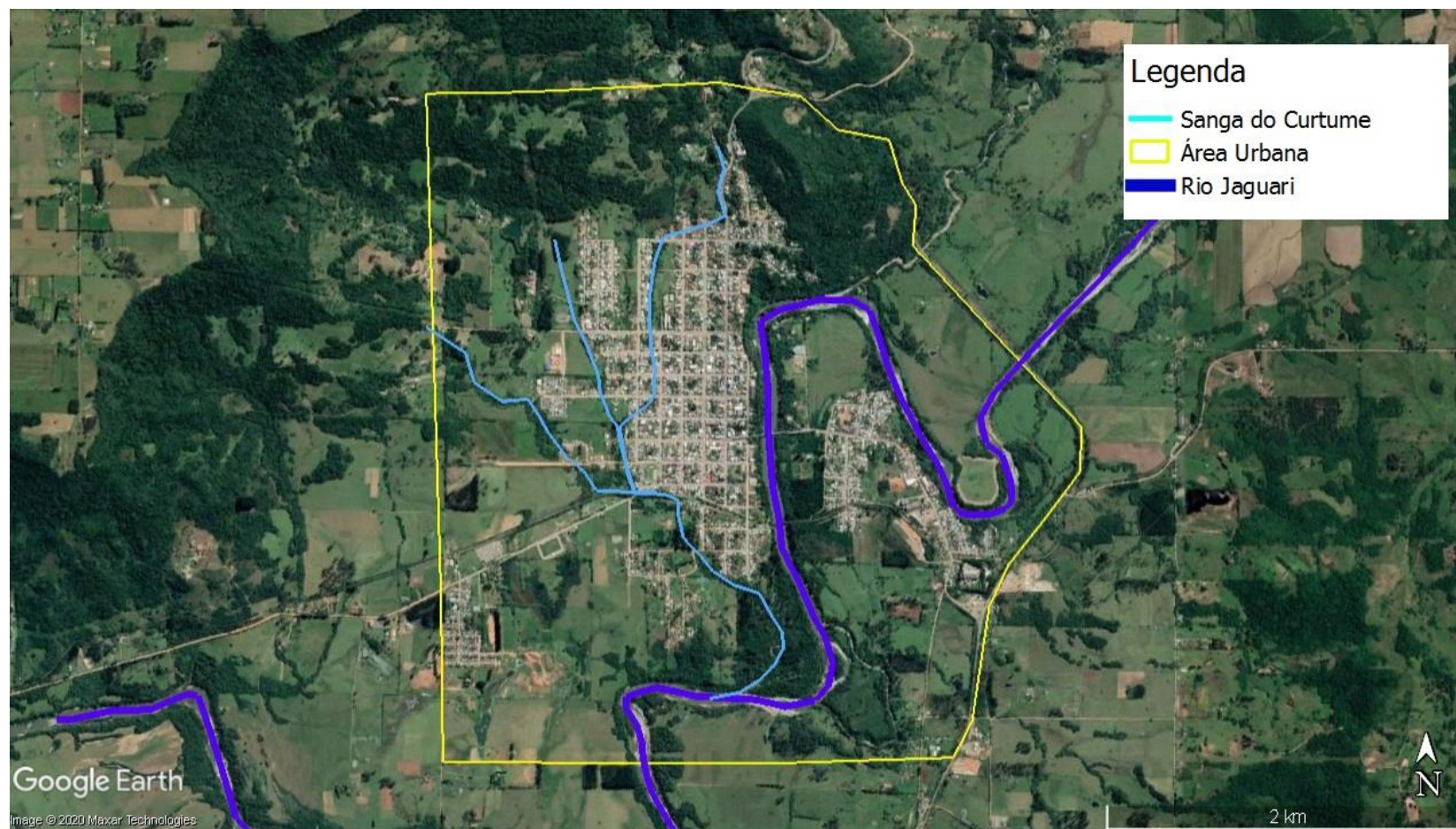
Destaca-se que, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA, 2014), a área de drenagem do Rio Jaguari é de cerca de 2.320 km². Além do canal principal do rio Jaguari, a sanga do Curtume, afluente do rio Jaguari, passa pela cidade, e esta, quando represada, é alvo, inclusive, das inundações que ocorrem no município.

As Áreas de Preservação Permanente (APP's) do entorno de sangas ou córregos totalizaram 4.808,9424 há. As APP's apresentam-se completamente descaracterizadas em sua grande maioria, restando vegetação ciliar mais expressiva apenas nas margens de sangas ou córregos localizados em áreas de difícil acesso ao homem (JAGUARI, 2010).

Ainda, através de uma imagem Google Earth (figura 4), é possível visualizar a localização do Rio Jaguari e da Sanga do Curtume, dentro no município.

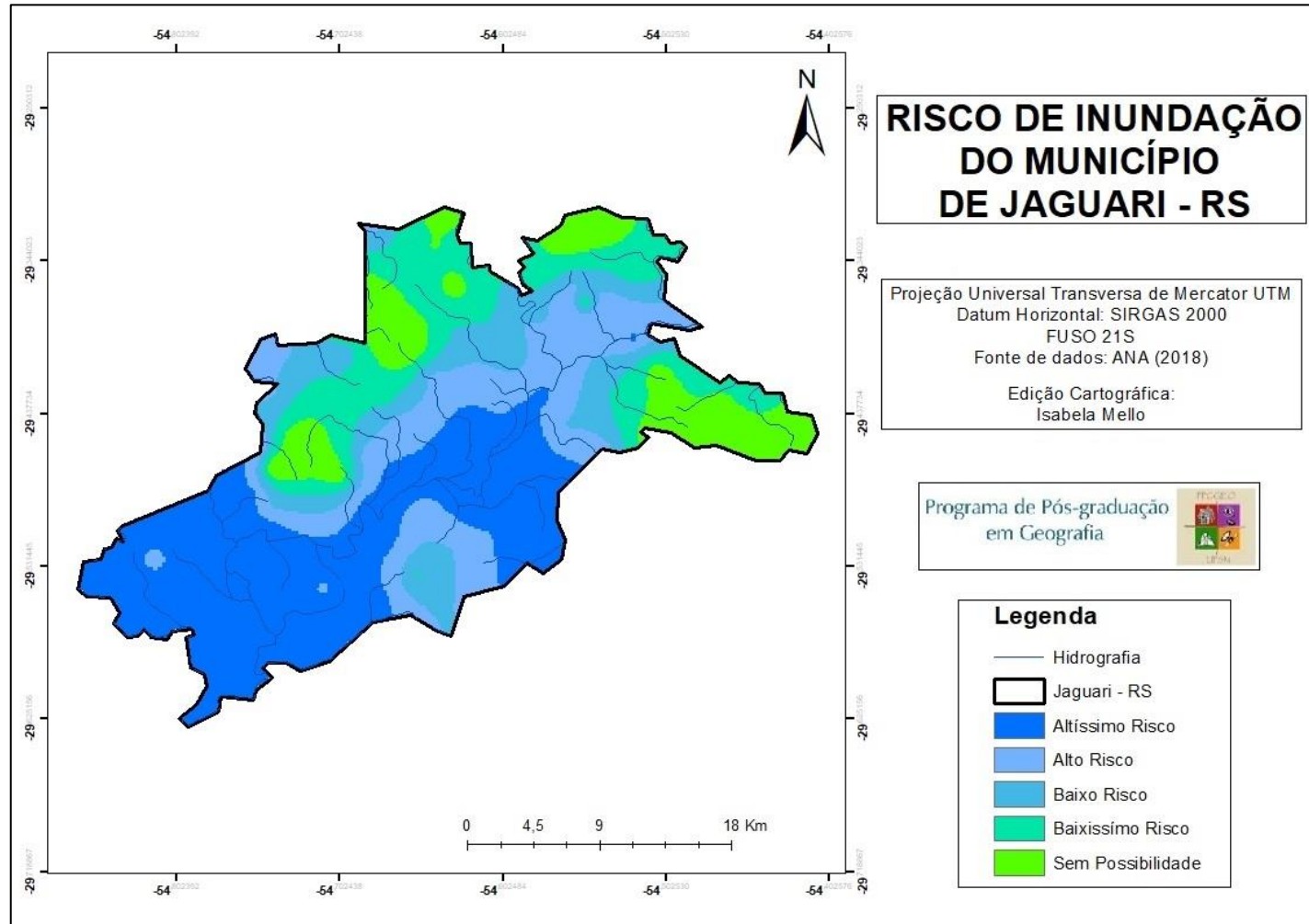
¹² SIRGAS é o novo referencial geodésico para as Américas. O Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS) é o novo sistema de referência geodésico para o Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) e para as atividades da Cartografia Brasileira.

Figura 4 – Imagem do Google Earth® localizando a Sanga do Curtume e o Rio Jaguari.



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 5 - Mapa do Risco de Inundação.



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Na figura 5, podemos visualizar um mapa das áreas de risco de inundação¹³ no município de Jaguari, onde as áreas mais suscetíveis estão representadas pela cor azul fraco e azul forte, de acordo com a legenda. Nestas planícies, as enchentes são recorrentes.

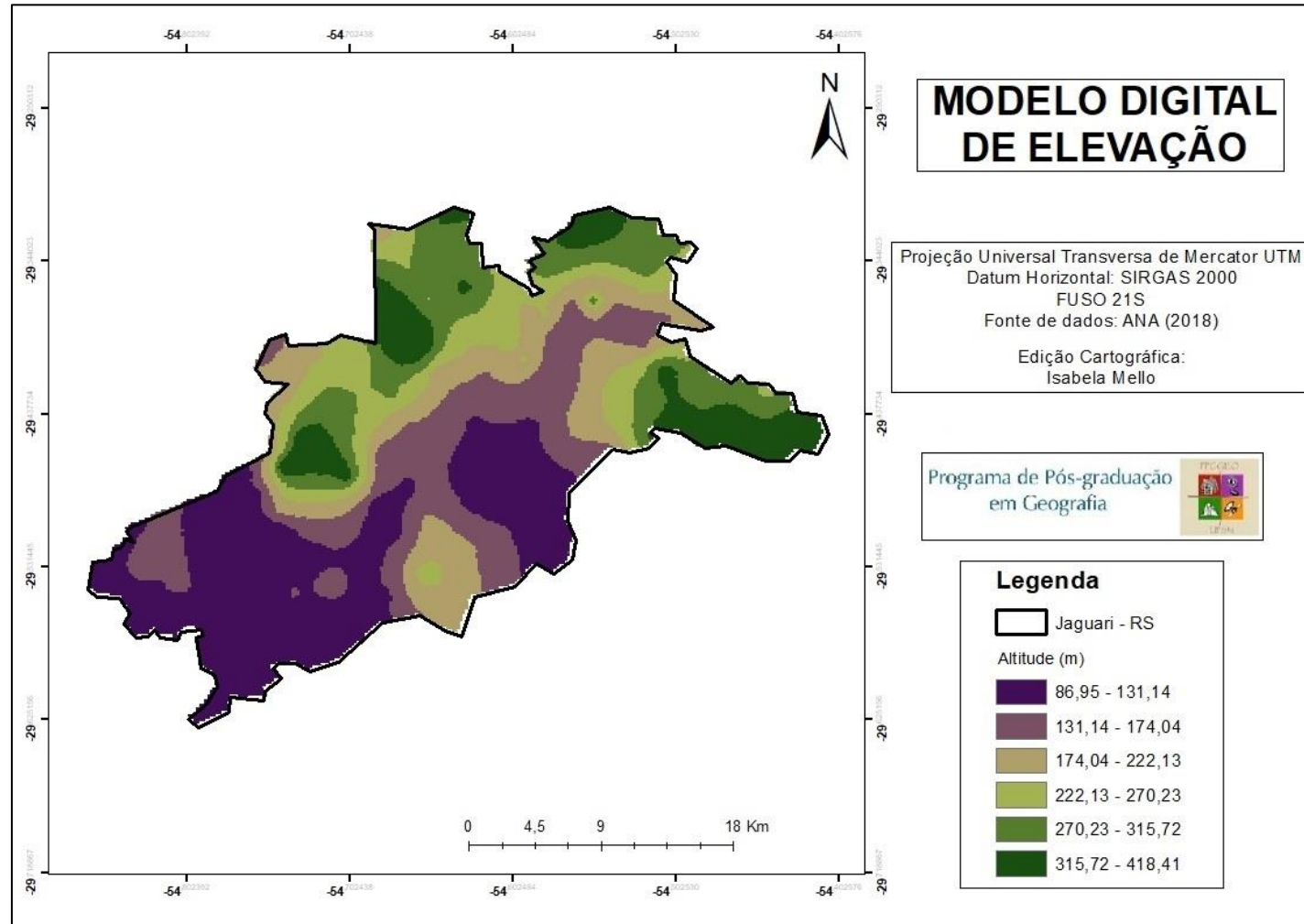
Fazendo uso das técnicas de geoprocessamento, os mapas foram gerados no software Quantum Gis juntamente com a ferramenta SAGA GIS, uma extensão para o *software*. Durante as idas a campo, foram coletados pontos com GPS *Real Time Kinematic* – RTK¹⁴, estes pontos foram pós processados no software *Topcon Tools*. Onde se entrou com uma camada *raster*¹⁵ juntamente com os pontos coletados para que fosse possível obter as áreas de risco de inundação dentro do município, permitindo também a geração do Modelo Digital do Elevação – MDE (Figura 6), através da utilização da ferramenta *Topo to Raster*. Após a geração do modelo, foi possível gerar o mapa de relevo (figura 7), com o intervalo “*breaks*” de 6 classes. Desta forma, foi possível definir as áreas de risco que iriam compor a pesquisa.

¹³Para Kobiyama et al (2006), a inundação, que é popularmente tratada como enchente, é “o aumento do nível dos rios além da sua vazão normal, ocorrendo o transbordamento de suas águas sobre as áreas próximas a ele”.

¹⁴Real Time Kinematic, ou posicionamento cinemático em tempo real, e alia a tecnologia de navegação por satélites a um rádio-modem ou a um telefone GSM para obter correções instantâneas.

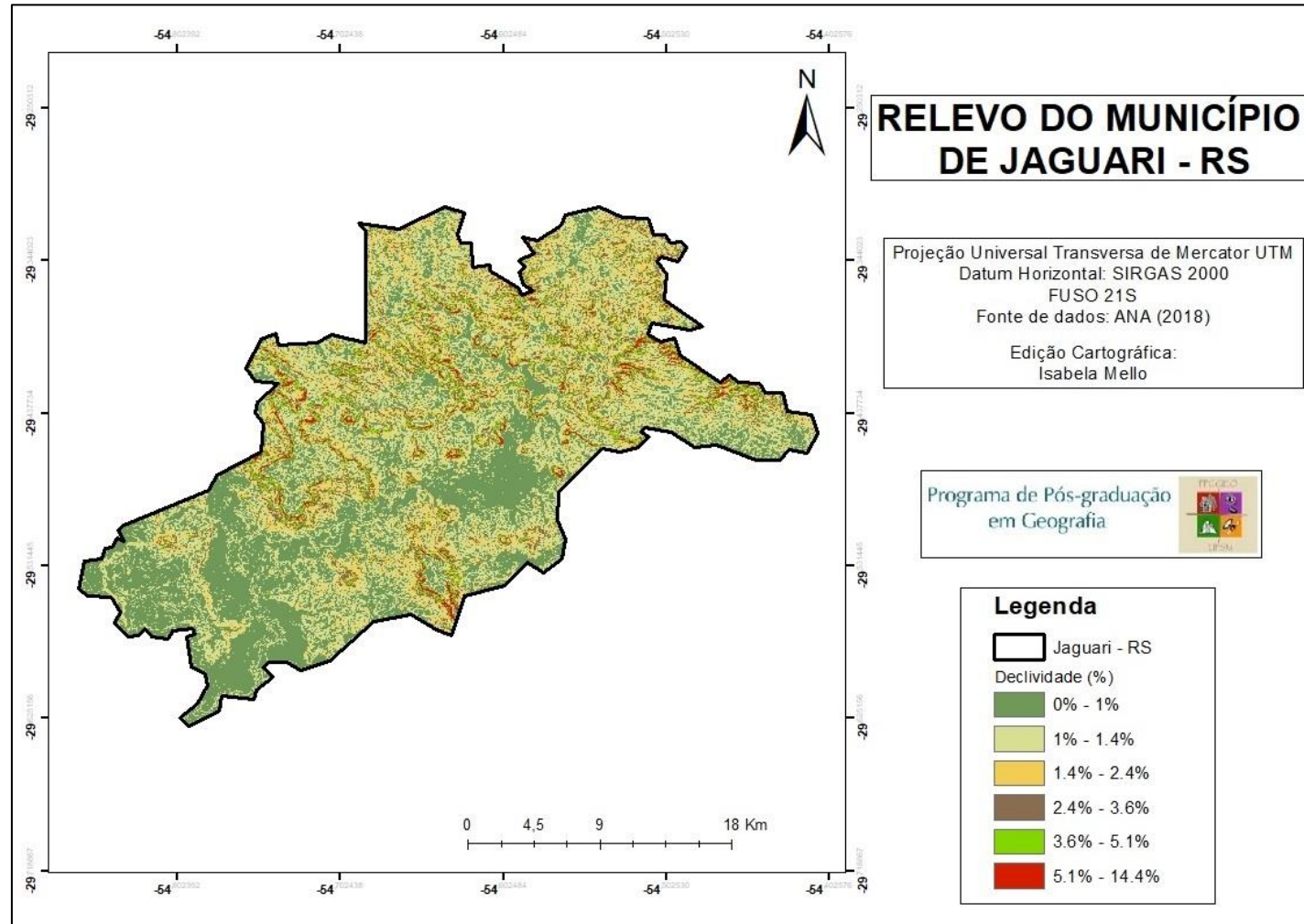
¹⁵Em computação gráfica, uma imagem raster ou gráfico de bitmap é uma matriz de pontos, que representa geralmente uma grade retangular de pixel ou pontos de cor, que podem ser visualizados por meio de um monitor, papel ou mesmo no seu celular.

Figura 6 - Modelo Digital de Elevação.



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Figura 7 – Mapa do relevo do município de Jaguari/RS.



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Os eventos extremos de precipitação são recorrentes no município, conforme ilustrado no Anexo 1, somente nos anos de 2014, 2015 e 2016 o município decretou situação de emergência pelo menos uma vez. Alguns desses eventos tiveram impactos leves sobre a população atingida e outros impactos mais graves. Além disso, enchentes históricas no município são recorrentes, o que demonstra gravidade como é o caso da inundação que ocorreu no ano de 1984 (Figura 8).

Figura 8 - Fotos de enchentes históricas no município.



(A)

(B)



(C)

(D)

Fonte: Arquivo Municipal – Biblioteca de Jaguari.

(A): Enchente de 1984 na “esquina do Banco do Brasil.” (B): Água passando a ponte de acesso ao município. (C): Capa de álbum existente na Biblioteca Municipal, o qual guarda as fotos da enchente histórica. (D) Fotos da construção das casas no bairro Consolata.

Na análise desses registros, verificou-se que essa tragédia deixou, aproximadamente, 10% da população desabrigada; com 700 pessoas que perderam, de forma geral, toda a sua residência (cerca de 400 casas); com, ainda, cerca de 1.000 pessoas afastadas de suas residências (com perdas menores); aproximadamente 150 construções parcialmente destruídas; 15 pontes de concretos destruídas ou danificadas; além de prejuízos na agricultura (deixando inúmeras lavouras totalmente cobertas por lama), na pecuária (inúmeros bovinos e frangos levados pela correnteza) e na infraestrutura (com pontes e bueiros destruídos) (Museu Municipal de Jaguari, 2014). Há registros de que o rio Jaguari “subiu 14 metros acima de seu leito [...]”, “chegando às portas da sede do Banco do Brasil [...]”, (Museu Municipal de Jaguari, 2014). (PRINA, apud. Museu Municipal, 2014).

2.1.1 Eventos Extremos de Precipitação

De acordo com Marengo (2010), eventos climáticos extremos originam fenômenos altamente destrutivos, como as enchentes e os deslizamentos de massa. Para tanto, faz-se importante destacar que as enchentes são eventos extremos de precipitação, as quais têm produzido consequências devastadoras. Tais eventos manifestam-se rapidamente em bacias hidrográficas formadas por microbacias de relevo montanhoso e jusantes em várzeas aluviais (Miola, 2013), conforme é o caso de Jaguari.

Segundo Vicente (2005), as precipitações intensas são deflagradoras dos acidentes mais frequentes relacionados aos fenômenos climáticos. Todos os anos são registradas ao redor do mundo muitas mortes e perdas econômicas decorrentes de episódios pluviais concentrados. Inundações, alagamentos, desabamentos, deslizamentos, desorganização no espaço urbano figuram entre as consequências das precipitações intensas que afetam milhares de pessoas.

Considerando que grande parte da população mundial vive próxima ao litoral ou em áreas sujeitas a alagamentos, as enchentes são o mais comum acidente ambiental do mundo, sendo uma enorme ameaça a milhões de

peças. A International Commission on Large Dams (ICOLD) realizou um levantamento em 20 países sobre impactos sociais e econômicos oriundos de enchentes, concluíram (...) *that the floods are the most important natural hazard in 65% of the countries and that the floods constitute in 90% of the cases the first or second most important natural hazard*, desta forma, sendo as enchentes o risco natural mais importante em 65% dos países e que as inundações constituem em 90% dos casos o primeiro ou o segundo risco natural mais importante; sendo a responsável pelo maior número de mortes em relação a outros acidentes naturais. Dados da Cruz Vermelha estimam que entre os anos de 1970 a 1995 as enchentes afetaram mais que 1,5 bilhões de pessoas, entre as quais mais de 318.000 morreram e mais de 81 milhões ficaram desabrigadas. (PILKE e DOWNTON, 2000).

Tucci e Bertoni (2003, p. 55) relatam que “quando a frequência das inundações é baixa, a população ganha confiança e despreza o risco, aumentando significativamente o investimento e a densificação nas áreas inundáveis. Nesta situação as enchentes assumem características catastróficas”.

2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE JAGUARI

Jaguari é considerada uma cidade de pequeno porte, e no que se refere aos índices populacionais, o município vem sofrendo um decréscimo nas últimas décadas. Segundo o Plano Ambiental do município (Jaguari, 2010), observou-se uma queda acentuada dos moradores rurais em Jaguari no período de 1980 e 2008, aproximadamente 50% e um crescente processo de urbanização entre 1980 e 2008 (15%).

Consoante Simmi (2002), em 1950, a população total do município era de 18.737, e se manteve estável até 1970, nas décadas seguintes houve um decréscimo de 33,3% na população total, chegando aos anos 2000 com 12.489 habitantes, e atualmente o município conta com uma população de aproximadamente 11.473 habitantes (IBGE, 2010).

Quanto à distribuição da população de Jaguari por idade entre os anos de 2001 a 2008, percebe-se que o sexo masculino em diversas faixas etárias é

predominante juntamente com a população idosa, fato que se dá pela saída dos jovens da cidade em busca de novas oportunidades de estudo, trabalho e renda fora do município (Tabela 1). E pelo o êxodo rural¹⁶, em que grande parte da população do campo começa a se deslocar para os grandes centros urbanos ou para as cidades mais próximas.

Tabela 1 - Distribuição da População do Município de Jaguari/RS por idade.

População	2001			2008		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 4 anos	400	361	761	290	249	539
5 a 9 anos	531	512	1043	364	313	677
10 a 14 anos	557	500	1057	471	439	910
15 a 19 anos	588	488	1076	493	465	958
20 a 24 anos	468	446	914	473	404	877
25 a 29 anos	376	395	771	428	410	838
30 a 34 anos	435	425	860	379	379	758
35 a 39 anos	463	469	932	396	372	768
40 a 44 anos	447	444	891	458	435	893
45 a 49 anos	392	371	763	447	431	878
50 a 54 anos	356	332	688	388	374	762
55 a 59 anos	319	336	655	345	338	683
60 a 64 anos	251	302	553	309	310	619
65 a 69 anos	222	271	493	259	276	535
70 ou mais anos	369	554	923	461	643	1104
Total	6174	6206	12380	5961	5838	11799

Fonte: Adaptado de Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2010).

Esse aspecto demográfico impacta diretamente na economia do município, visto que a base se dava através da agricultura e pecuária, estas, sendo as maiores fontes de arrecadação do mesmo. E por consequência de o campo não oferecer mais condições ideais para que os membros das famílias se realizassem econômica e socialmente notamos essa diminuição da população no município.

¹⁶Êxodo rural é o termo pelo qual se designa a migração do campo por seus habitantes, que, em busca de melhores condições de vida, se transferem de regiões consideradas de menos condições de sustentabilidade a outras, podendo ocorrer de áreas rurais para centros urbanos.

3 CAMINHOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Na tentativa de cumprir os objetivos propostos nesta investigação, usar-se-ão procedimentos metodológicos, fazendo uso dos conceitos de uma pesquisa de cunho qualitativo, a qual subsidiará o processo de interpretação dos conceitos através de um contexto formado pela realidade dos agentes pesquisados. Já existem posições padrão do sujeito pesquisador acerca do objeto estudado, pois a área de estudo já era conhecida; estas posições farão parte da análise sistêmica da pesquisa. Logo, este trabalho é proposto a partir de ações que utilizam abordagem qualitativa, que segundo Oliveira (2012, p.59) “são uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas”.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa por sua vez é um método facilitador da compreensão dos fenômenos sociais e suas dinamicidades. A partir de suas características básicas, a pesquisa qualitativa corresponde inicialmente à abordagem utilizada para a criação deste trabalho. A inserção e observação no contexto da pesquisa por tempo determinado, vivenciando e analisando o cotidiano em que se inserem os atores e praticantes são aspectos consideráveis e pertinentes que essa metodologia propõe.

Como método, o estudo de caso supre as necessidades da pesquisa, por ser um método investigativo abrangente, que possibilita unir um caso único e ao mesmo tempo múltiplo, com diversos atores, corroborando com as abordagens quantitativas e qualitativas da pesquisa. Para Ventura (2007), descrever e caracterizar estudos de caso não é uma tarefa fácil, pois eles são usados de modos diferentes, com abordagens quantitativas e qualitativas, não só na prática educacional, mas também como modalidade de pesquisa, com aplicação em muitos campos do conhecimento, principalmente na Medicina, Psicologia e em outras áreas da saúde, e também nas áreas tecnológicas, humanas e sociais, entre outras.

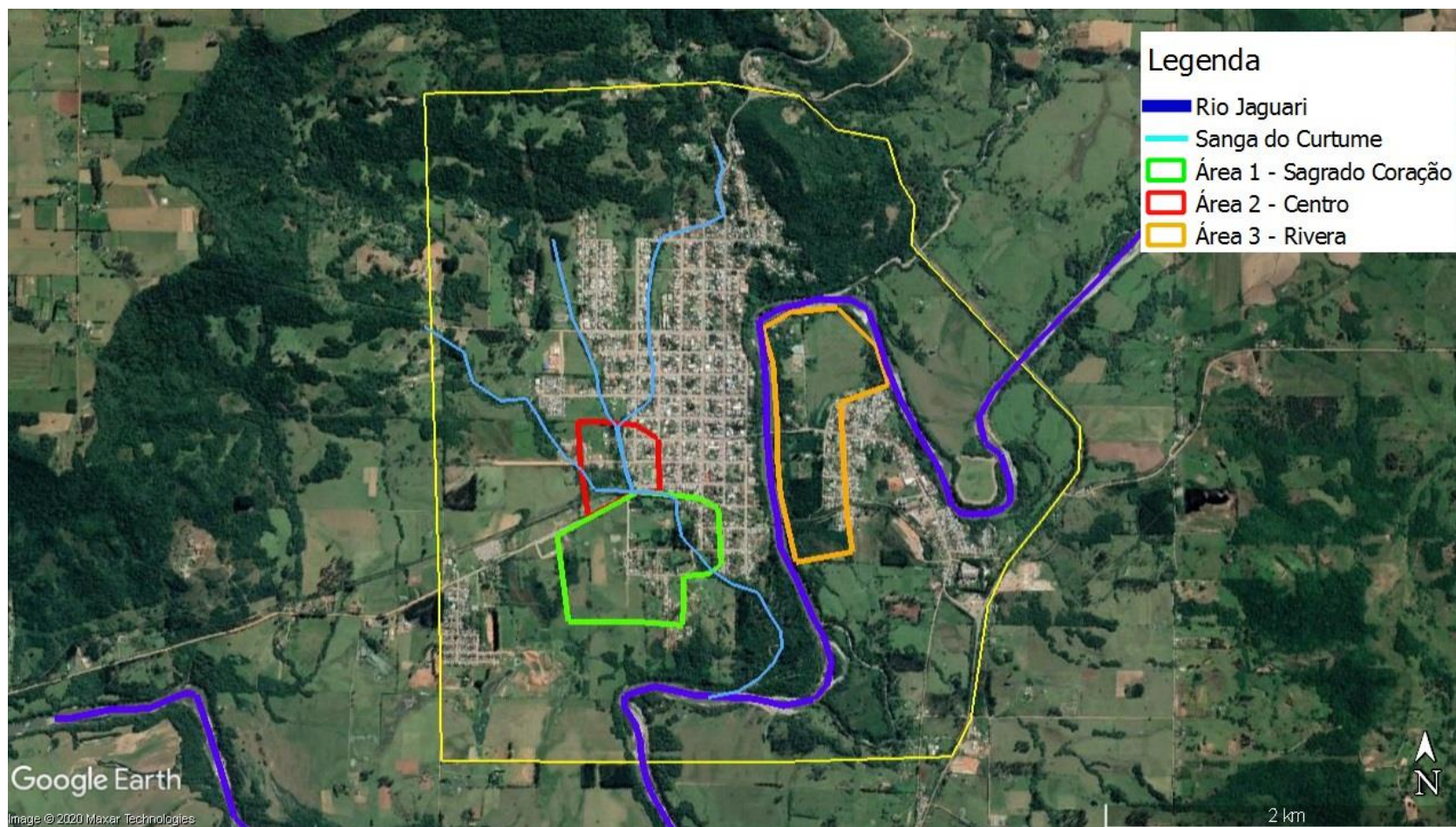
Segundo Gil (1999), o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, mas é possível definir quatro fases que mostram o seu delineamento:

- a) Delimitação da unidade-caso;

- b) Coleta de dados;
- c) Seleção, análise e interpretação dos dados;
- d) Elaboração do relatório.

Na primeira fase, ocorreu a delimitação da unidade ou área da pesquisa, isto é, foram pesquisados três bairros atingidos pelas inundações, os quais estão às margens do rio Jaguari, são eles: Bairro Sagrado Coração de Jesus (área 1), bairro Centro (área 2) e bairro Rivera (área 3).

Figura 9 – Localização das áreas de interesse.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A partir do estudo de caso e seus desdobramentos, definiu-se os instrumentos que seriam necessários para o andamento e compreensão do objeto de estudo. Nesta pesquisa, a delimitação da área de estudo se deu através da geração de um mapa de risco de inundação (ver figura 5) e das idas a campo que ocorreram entre Março e Dezembro de 2018, pois se conheceu as áreas atingidas por inundação no município, bem como houve conversas informais com os moradores destes bairros.

A segunda fase do método efetivou-se na coleta de dados, que se deu através da aplicação de questionários semiestruturados (Anexo 2), pesquisas documentais, conversas e vivências, entre outras.

A utilização de técnica de entrevistas com questionários semiestruturados é uma prática usual entre as ciências humanas. Para a obtenção de dados objetivos, a análise indutiva de dados estatísticos é um método clássico e consagrado nas ciências humanas, que consiste em fazer inferências de dados quantitativos como os obtidos em entrevistas com questionários fechados e/ou análise de dados secundários obtidos de recenseamento. Essa técnica tem se mostrado bastante eficiente na obtenção de informações quantitativas de cunho mais geral (DINIZ, 2011).

Os dias dos trabalhos de campo foram 11, 12 e 13 de outubro de 2019 e nos dias 29 e 30 de Novembro de 2019. Também, nestes dias, foram coletados pontos com um GPS – Sistema de Posicionamento Global ¹⁷, para posteriormente facilitar a visualização das áreas onde residem as três populações estudadas. O GPS foi utilizado por ser uma ferramenta facilitadora, de fácil manuseio e que permitiu a confecção de um mapa de pontos dos locais onde os questionários foram aplicados.

A pesquisa de campo constitui um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos, mas sim, ele

¹⁷ O sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês *global positioning system*), é um sistema de navegação por satélite que fornece a um aparelho receptor móvel a sua posição, assim como o horário, sob quaisquer condições atmosféricas, a qualquer momento e em qualquer lugar na Terra.

alimenta o processo, à medida que desvenda as contradições, ao passo que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais, agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (SUERTUEGARAY, 2002, p. 94)

Estes questionários foram respondidos por trinta e duas (32) pessoas das quais foram analisados vinte e sete (27), essa subtração no número de questionários deu-se pela necessidade de se discutir dados com pessoas que já residiam há mais tempo no local, desta forma os questionários excluídos diziam respeito a moradores que residiam há poucos anos no local.

Como continuidade da pesquisa, os moradores foram entrevistados de forma individual e foram realizadas visitas às residências, agrupando esses moradores por área de interesse (inundação) nos determinados bairros (figura 9), focando em indivíduos destas áreas que já tiveram suas casas invadidas pelas enchentes do Rio Jaguari.

A terceira fase do estudo de caso constitui-se em uma das mais importantes, haja vista que o pesquisador faz a análise e a interpretação do que foi coletado “a campo” e, logo após, seleciona os elementos fundamentais para discuti-los tendo como referência teórica Marcuse (2004), que trata dos padrões de segregação. Sendo assim, o capítulo 5 desta dissertação abordará sobre as particularidades encontradas entre os sujeitos e os grupos de cada bairro delimitados a partir do risco de inundação.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Para iniciar o referencial teórico, faz-se necessário elucidar uma breve contextualização quanto à geografia e sua história dentro da pesquisa social e ambiental, e da relação homem/sociedade/natureza, o que apresenta que estão intimamente interligados dentro da área de pesquisa.

A geografia estruturou-se como ciência autônoma em um contexto Positivista e, a partir desse contexto, ergueram-se os pilares da geografia. Para isto, por meio desta corrente do pensamento filosófico, a geografia passou a compreender a relação entre o homem e a natureza, possibilitando sua organização. Ainda, o Positivismo distingue as ciências naturais das sociais, o que vem ocasionar uma divisão, ou até mesmo uma separação entre a Geografia Física e a Geografia Humana.

No contexto da dissertação apresentada, tanto a geografia física como a humana estão inseridas, e aqui, a união será explícita, ao demonstrar que ambas estão intimamente ligadas.

A Geografia Quantitativa surge a partir da necessidade da reorganização da sociedade e a reconstrução do espaço geográfico, após a II Guerra Mundial, o que tornou a Geografia Clássica defasada. Assim, a Geografia Quantitativa, que no Brasil teve sua ascensão no início dos anos 1970, se propõe à análise do espaço centrada na compreensão dos processos espaciais, na sua maior parte na perspectiva econômica da centralização e/ou dispersão. A Geografia foi afetada de forma positiva com o avanço das tecnologias, como por exemplo, o uso dos computadores, o que propiciou a rápida análise dos dados estatísticos (MADRUGA, 2017).

A Geografia Quantitativa segue bastante presente nas formas mais atuais de análise espacial, uma vez que as Geotecnologias, representadas pelo Sistema de Informação Geográfica (SIG), sensoriamento remoto e Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS), são formas de análise da superfície terrestre que exigem conhecimentos técnicos e matemáticos.

A partir disto, pretende-se trazer conceitos pertinentes à pesquisa, como o espaço geográfico, este constituindo um território, no momento em que ele é ocupado, o território ribeirinho e a segregação urbana.

4.1 ESPAÇO

O espaço geográfico é o contínuo resultado das relações socioespaciais. Tais relações são econômicas (relação sociedade-espaço mediatizada pelo trabalho), políticas (relação sociedade-Estado ou entre Estados-Nação) e simbólico-culturais (relação sociedade-espaço via linguagem e imaginário). A força motriz destas relações é a ação humana e suas práticas espaciais (LEFÉBVRE, 1991).

Para Corrêa (1982), o espaço geográfico é a morada do homem e abrange a superfície da Terra. O autor destaca Harvey, que mostra três abordagens do espaço (não excludentes): uma primeira abordagem do espaço é a do espaço absoluto. Seria o espaço em si, receptáculo. Tem base em Newton e Kant e influenciou geógrafos alemães (como Humboldt e Hettner), Hartshorne e La Blache; a segunda abordagem é a do espaço relativo, isto é, a distância. Foi um conceito muito utilizado por outras ciências, pela Escola de Ecologia Humana de Chicago, pelos seguidores de vonThünen. Por fim, a terceira é a abordagem do espaço relacional, na qual um objeto só existe em contato com outros. Neste texto, Corrêa enfatiza que tais conceitos não são excludentes e que refletem diferentes valores de uso e valores de troca. O espaço social é inseparável do tempo. Os atores principais seriam os proprietários dos meios de produção e o Estado, que almejam a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho.

Para Gomes (2002, p. 172), três características definem o "espaço geográfico": I) é sempre uma extensão fisicamente constituída, concreta, material, substantiva; II) compõe-se pela dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais; e III) a disposição das coisas materiais tem uma lógica ou coerência.

Fazendo uso da conceituação de Santos (1997), espaço geográfico constitui "um sistema de objetos e um sistema de ações" que, segundo o autor:

"É formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois

cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina” (SANTOS, 1997).

Ao movimentar-se, o homem, inscrevendo-se em um novo lugar¹⁸, des-re-territorializa-se social e espacialmente (SAQUET, 2005). O espaço geográfico corresponde, assim, aos espaços produzidos pelo homem em diferentes temporalidades ao relacionar-se entre si, consigo mesmo e com a natureza no lugar em que vive. Logo, o espaço é “formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2009, p.106); Está em constante transformação. Neste sentido, são dois aspectos centrais que abordamos neste texto para compreender o processo de produção do espaço geográfico: a valorização da ordem do tempo histórico para a do espaço e de suas peculiaridades, bem como de seu papel no movimento da realidade para compreender as relações socioespaciais.

Para Moreira (1992, p. 88), o espaço geográfico é a história em seu devir perpétuo, isto é, encontra-se em permanente processo de transformação, acompanhando e condicionando a evolução das sociedades: “O espaço é a sociedade pelo simples fato de que é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência por intermédio do processo de trabalho”. Justamente, “porque não existe tempo fora do espaço, e espaço fora do tempo, uma vez que o real é o espaço-temporal” (MOREIRA, 2010, p.143).

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Fernandes (2006) traz o espaço como parte da realidade, portanto, podendo ser considerado multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como composicionalidade, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a

¹⁸ Na geografia, a palavra *lugar* constituía um conceito científico, pois era utilizada frequentemente do mesmo modo que no senso comum, ou seja, como sinônimo de localização. Quando usada no plural, servia geralmente para fazer referência à variabilidade das combinações de elementos na superfície da Terra e, por conseguinte, ao conjunto de características naturais e humanas que particularizam uma determinada porção da superfície terrestre. Isso era visível quando Paul Vidal de La Blache afirmava que “a geografia é a ciência dos lugares, não dos homens”.

cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade¹⁹.

O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços (FERNANDES, 2006).

Santos compreende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações. O espaço social é a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre (1991, p. 102). O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade.

Por sua vez, o espaço geográfico é, em especial, um lócus para o surgimento do território, sendo que no mesmo há manifestações culturais, sociais e econômicas. Assim sendo, há de se considerar que o território correspondente às residências dos sujeitos que habitam as margens do rio, é um território que se cria a partir de um contexto socioterritorial, onde se vê dentro do município classes econômicas distintas ocupando determinadas partes.

O espaço caracterizado acima mostra-nos uma constante ligação entre os sujeitos que o ocupam e as relações que desempenham (ou não) em função deste. Através do entendimento de espaço geográfico, foi possível discutir que este não faz parte da vida dos sujeitos de modo que os mesmo não se enxergam como componentes fundamentais deste espaço, uma vez que não se estruturam

¹⁹Qualidade do que tem mais de três dimensões, multiplicidade de aspetos a considerar.

como controladores dele. Já que são as ações que colocam determinado espaço em movimento e transformam as “coisas” sendo elas rígidas ou não.

4.2 TERRITÓRIO

Segundo Gottmann (2012), o território consiste de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Ainda, Gottmann afirma que o território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos.

Para Saquet (2006), o território pode ser compreendido como resultado de processo de territorialização, pautado nas territorialidades ali inscritas. Desta forma, tais territorialidades estão fortemente ligadas ao lugar, apesar de possuírem continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço. Dão identidade, ao mesmo tempo em que são influenciadas por condições históricas e geográficas do lugar. Nesse sentido, as relações econômicas, políticas e culturais, em um âmbito interno ou em sua relação com o exterior, apropriam e ordenam o território.

O território como conceito é utilizado na Geografia desde o século XIX, quando esta ciência foi institucionalizada. O conceito de território, segundo Moraes (1984), é oriundo dos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII. Com a chamada Geografia Crítica, este conceito foi retrabalhado a partir da proposição marxista de que a definição do território passa pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social.

Pode-se, portanto aceitar como regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima

entre a comunidade e o solo que a recebe (RATZEL (1990) apud MORAES 1990a, p.72).

Gottmann (2012) ainda discute que o território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo.

Logo, nos estudos de Moraes (1990), Ratzel (1990) afirmam que “o território existe sem a presença do homem, desocupado (apolítico) ou com a presença deste e com o domínio do Estado (político)”. Raffestin (1993) expõe algumas dimensões da territorialidade, quais sejam: a questão do domínio e do poder exercido por um ator sobre uma porção do espaço. Neste caso não se trata apenas de um Estado Nacional e sim qualquer ator que exerça o poder sobre determinado território.

Território poderia então ser definido como uma porção do espaço terrestre sobre o qual um agente qualquer exerce domínio, através do poder gerado por acordos, coerções, ou outro instrumento de dominação. (CARDOSO, 2003).

Haesbaert (1997, p. 42) argumenta que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Desta forma, na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Muitas vezes, por falta de atenção, alguns pesquisadores utilizam o conceito de Espaço e de Território como sinônimos, no entanto Raffestin (1993) explica que não são termos que se equivalem, afirmando que “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma

ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (Raffestin, 1993, p.143-144). Deste modo, materializa-se a ideia de que o território se forma a partir de sua matriz inicial: o espaço.

Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações [...]. Assim, portanto a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

No que se refere ao tema, Souza (1996) apresenta o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Neste sentido, o autor baseia-se nas concepções de Hannah Arendt, que traz o conceito de poder vinculado

A habilidade humana de não apenas agir, mas de agir uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no “poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originaram-se o poder (potestas in populo, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (ARENDR, 1985, p. 24).

Igualmente, o território é visto como um *locus* da disputa de poder, e assim, Raffestin (1993) entende o poder como multidimensional, dizendo que ele surge a partir das relações; é intencional, por ter finalidades prioritárias; é dissimétrico, pois está sempre exposto às resistências.

Sendo coo extensivo a qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação. (...) O laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se de uma combinação das duas. (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54)

Para Castilho, Arenhardt e Bourlegat (2009, p. 163) “a territorialidade é o exercício de poder social, político e econômico em um contexto local ou nacional que resulta do processo de valorização do espaço geográfico”. Para tanto, toda comunidade deve ter o controle do seu território; isto importa em definir a superfície que lhe corresponde, em estabelecer os seus limites. Para Raffestin

(1993, p. 10) “[...] Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”.

É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais.

Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. Entretanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais em um jogo de poder cada vez mais complexo.

Já que um território também é político, nas áreas pesquisadas, 100% da população afirma não ser organizada de maneira a reivindicar mudanças ou melhorias para este território. Desta forma, não exercendo relações de poder político, econômico ou social dentro destes bairros.

4.3 RIBEIRINHOS

O ribeirão integra o grupo das populações tradicionais que se percebe pertencente à natureza, em seu tempo e espaço próprios, fluindo com ela e não a dominando.

Temos como definição de “ribeirão” a população constituinte que possui um modo de vida peculiar que a distingue das demais populações do meio rural ou urbano, que possui sua cosmovisão marcada pela presença do rio. Para estas populações, o rio não é apenas um elemento do cenário ou paisagem, mas algo constitutivo do modo de ser e viver do homem (SILVA E SOUZA FILHO 2002, p. 27).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, no Guia de Cadastramento de Populações Tradicionais e Específicas (2012) que assim conceitua: Ribeirinhos são indivíduos, famílias e comunidades tradicionais agroextrativistas que vivem em regiões de várzea, próximas a rio e que têm

modo de organização, reprodução social, cultural e econômica fundamentados na constante interação com o meio onde vivem e determinado pelo ciclo das águas (regime de cheias e vazantes) e pelos recursos que o rio oferece. Historicamente, as regiões ribeirinhas têm sido o local preferido para o assentamento humano e desenvolvimento econômico, devido à proximidade de rios que fornecem solo fértil, água abundante e transporte (OMM, 2006, p. 1).

Por residirem em um ambiente onde a força da natureza se faz presente, os ribeirinhos aprenderam a viver em um meio repleto de limitações e desafios impostos pelo rio e pela floresta. A relação desse povo com as mudanças naturais fez com os mesmos adaptassem o seu cotidiano, seu modo de morar e de buscar meios para sua subsistência. Contudo, as comunidades ribeirinhas convivem com o isolamento econômico e social, ficando à margem de uma série de políticas públicas e mecanismos de controle da qualidade de vida. A situação geográfica de muitas dessas comunidades é um dos principais fatores limitantes de acesso aos serviços básicos de saúde e educação (MORIM, 2014).

O Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, reconheceu a existência dos povos e comunidades tradicionais, dentre os quais estão os ribeirinhos, instituindo uma política nacional voltada para as necessidades específicas desses povos, a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Conforme dados encontrados nos questionários aplicados, é possível perceber que a população residente às margens do rio possui características bastante particulares, o que nos possibilita dizer que estes, apesar de estarem inseridos no espaço natural de Jaguari, podem não compor as populações tradicionais e nem se estruturam com o conceito de ribeirinhos que os autores estudados concebem. Especialmente, por não estarem em constante ligação com o rio, não serem agroextrativistas e não buscarem nele meios para sua subsistência, pois dentre a população entrevistada, nenhuma delas exerce atividade remunerada que necessite do rio, os moradores em sua maioria, são aposentados ou desempenham atividades no centro da cidade em diversas

áreas profissionais (trabalhos formais²⁰ e trabalhos informais²¹), por exemplo, diaristas, pedreiros, atendentes em lojas, serviços gerais, entre outros.

4.4 ESPAÇOS SEGREGADOS

Grafmeyer (1996) aborda que a segregação no espaço diz respeito à separação constituída pelos padrões de localização dos grupos sociais no território da cidade. Em um sentido mais forte, a segregação aponta para a ideia de isolamento social completo na constituição de guetos. Já Marques (2010) comenta que a segregação diz respeito à separação e ao isolamento espacial dos grupos sociais em áreas relativamente homogêneas internamente.

Negri (2010) destaca, ainda, que a camada de mais alta renda, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano, produz a segregação sócio espacial. É preciso ressaltar que é a existência da segregação sócio espacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido, segundo seus interesses.

Empiricamente, a segregação se apresenta muitas vezes associada às desigualdades de acesso e à pobreza urbana. Nesses casos, ocorre acesso diferenciado dos grupos segregados às oportunidades e equipamentos vigentes na cidade, com inúmeras consequências negativas para eles (Pinçon-Charlot et al., 1983; Massey e Denton, 1993; Briggs, 2001; Kaztman e Retamoso, 2005; Morenoff, 2003 e Sabatini et. al., s.d.). Simultaneamente, os diferenciais de acesso também são causa da separação, visto que em um espaço urbano marcado pela escassez de amenidades, os grupos sociais de menor renda se dirigem de forma maciça para espaços destituídos de serviços (ou servidos de pior forma), pois estes são os de menor renda da terra, gerando maior concentração e homogeneidade social. Portanto, não é apenas a segregação

²⁰O trabalho formal, que também é o mais popular, consiste no emprego que garante ao empregado assinatura na carteira de trabalho de acordo com a CLT e benefícios como vale alimentação, transporte, férias, 13º salário e outros. Os trabalhadores formais recebem salário mensal e comprovado por meio de holerites ou contracheques, estão amparados por lei e tem direito a aposentadoria de acordo com as condições previstas na legislação vigente.

²¹O trabalho informal é aquele que ocorre quando o empregado não possui registro na carteira de trabalho e, consequentemente, também não recebe os benefícios determinados pela CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), como licenças, férias, aposentadoria, seguro-desemprego, FGTS e outros. Apesar de ser bem popular, o trabalho informal conta com alguns inconvenientes, como dificuldade para acesso a aposentadoria e falta de garantias/benefícios trabalhistas.

que especifica acesso desigual, mas também (e ao mesmo tempo) a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a segregação.

A segregação está presente na literatura brasileira desde o surgimento de nossa sociologia urbana, embora indiretamente e por vezes de maneira implícita. No centro da agenda de pesquisa do final dos anos 1970 e início dos 1980 situava-se na questão das periferias – locais afastados do centro, habitados pela população responsável por “fazer girar a maquinaria econômica”, desprovidos de serviços e equipamentos públicos e marcados por condições sociais e urbanas muito precárias (Bonduki e Rolnik, 1982; Kowarick, 1979). Nesses espaços, segregação, pobreza e desigualdades sociais se sobrepunham pela sua própria definição como locais da chamada espoliação urbana (Kowarick, 1979).

O problema não é novo, nem está ausente das cidades norte-americanas e europeias. A literatura da área de Ciências Sociais acumulou um conhecimento considerável não apenas sobre os antigos processos de segregação que marcaram cidades como Nova York e Detroit, mas também sobre as dinâmicas de novas formas de segregação e pobreza urbana (HARLOE *et al.*, 1992; MARCUSE, 1996; LOGAN *et al.*, 1992).

A questão da segregação urbana tem uma longa tradição na história da sociedade, pois, desde a antiguidade, a sociedade já conhecia formas urbanas de segregação sócio espacial. A definição de Mackenzie discorre que a segregação é “a concentração de tipos de população dentro de uma comunidade”.

Conforme Marcuse (2004), historicamente existe um padrão geral de segregação das classes sociais, que podemos dividir da seguinte maneira:

- a) Divisão Cultural – realiza-se através da língua, da religião, das características étnicas, estilo arquitetônico, por país ou nacionalidade;
- b) Divisão Funcional – é resultado da lógica econômica, resultando na divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias. Ela pressupõe a divisão do espaço pela função exercida para cada atividade.

- c) Divisão por Diferença no Status Hierárquico – reflete e reproduz as relações de poder na cidade. Pode ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) ou pela distribuição dos serviços públicos pelo Estado.

Ainda, mais atualmente para Marcuse, “Segregação (*segregation*) é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto”.

Manuel Castells analisa o processo de segregação sócio espacial como reflexo da distribuição espacial das diversas classes sociais, de acordo com o nível social dos indivíduos, sendo que esta tem determinações políticas, econômicas e ideológicas.

Sendo assim, para Correa (2019), segregação quer dizer diferenciação residencial segundo grupos, significa diferencial de renda real - proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura etc. Se já existe diferença de renda monetária, a localização residencial implica em diferença maior ainda no que diz respeito à renda real.

Segundo Maricato (2005), o Brasil como a maioria dos países da América Latina apresentou um alto índice de crescimento de sua população urbana, a partir principalmente da segunda metade do século XX. Desta forma, o crescimento urbano deu-se por meio da exclusão social e segregação sócio espacial.

O entendimento da segregação espacial como fator de exclusão situa-se no âmbito das análises marxistas sobre os fenômenos urbanos, em contraposição às análises ecológicas e envolve, entre outros aspectos, a formação do preço do solo urbano e a consequente geração de renda fundiária urbana (CAIADO, 2001).

A segregação socioespacial assim definida não pode ser compreendida apenas pela diferenciação e isolamento espacial da função habitacional, mas pelas dificuldades de ter acesso ao conjunto da cidade, tanto no sentido objetivo, para aqueles que enfrentam as limitações orçamentárias para o acesso às

formas mais eficientes de deslocamento e comunicação, como no sentido subjetivo, tendo em vista as dificuldades de construção coletiva de uma identidade urbana. (SPOSITO, 1996, p. 83).

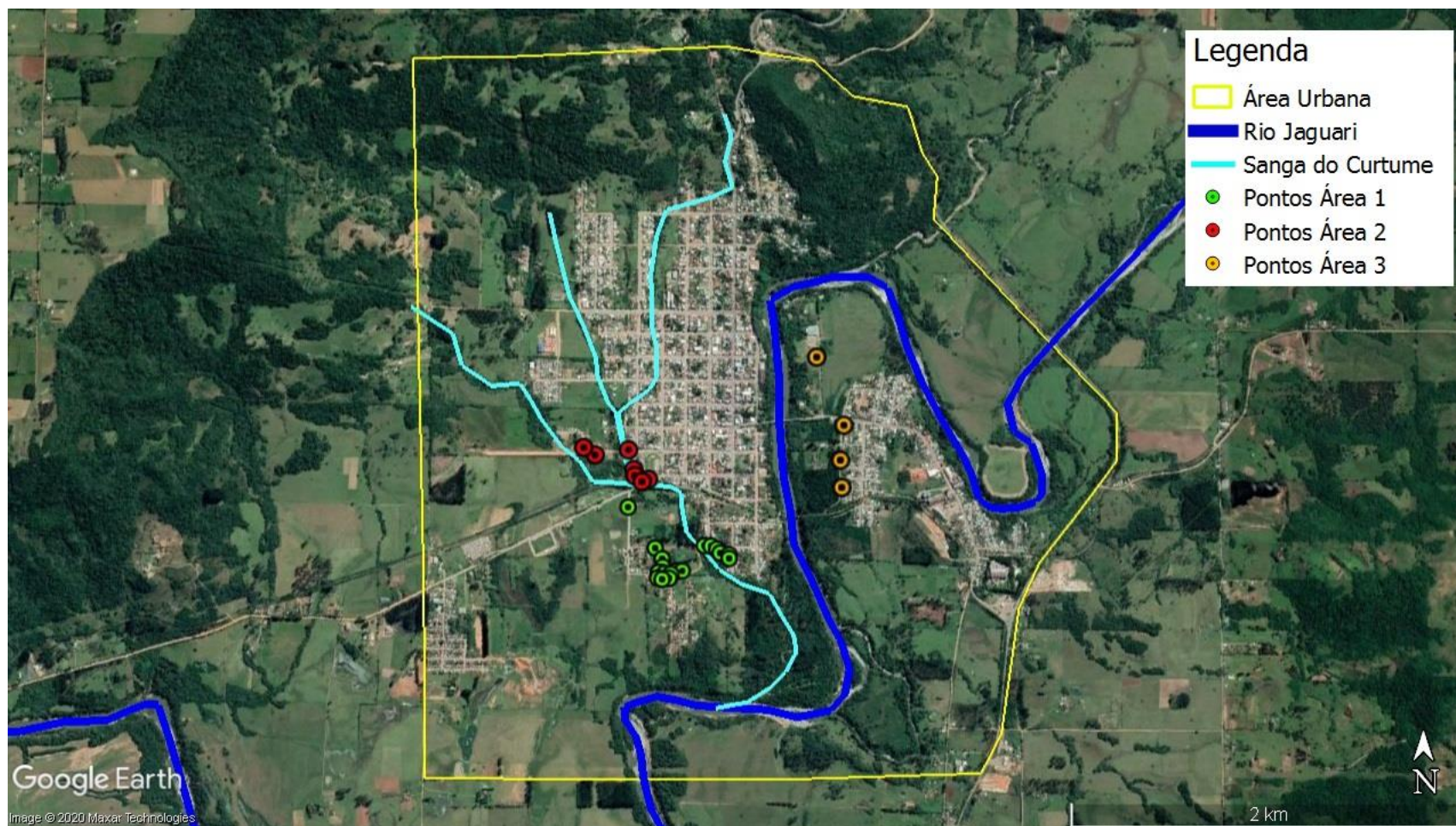
A partir da realidade visualizada a campo durante as observações, visitas, conversas, aplicação dos questionários, conseguiu-se considerar que o território onde esses sujeitos residem está imerso à conflitualidades naturais e sociais, como veremos no capítulo quatro.

Estes sujeitos estão inseridos no que Graffmeyer ressalta, já que os mesmos se separam do centro da cidade e estão isolados em seus bairros, de forma que em episódios de inundação, estes ficam “ilhados” em suas residências.

5 JAGUARI: TERRITÓRIO DE QUE(M)?

A partir dos encontros com a população que vive às margens do rio Jaguari, da aplicação de questionários e coleta de pontos GPS, possibilitou-se a confecção do mapa dos pontos de residências que constituem a pesquisa (Figura 10).

Figura 10 – Pontos das residências da população entrevistada.



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Sendo assim, compreendemos, ao desenvolver da pesquisa que as concepções de território que melhor explicam a realidade estudada estão amparadas conforme Raffestin (1993) e Moraes (1984).

Raffestin afirma que a produção do território se dá a partir de relações de poder que envolvem a sociedade, sendo elas, econômicas, culturais, educacionais, políticas, estruturais e socioafetivas. Moraes complementa a ideia de Raffestin ao afirmar que há uma relação estreita entre a população e o território, no momento em que os sujeitos passam a se apropriar deste espaço ao seu modo de vida.

Identificamos que os sujeitos que vivem nas planícies fluviais são trabalhadores com dificuldades econômicas, não têm acesso às disposições materiais que possibilitem melhores condições de vida conforme uma sociedade emancipada deveria promover. Contudo, dentro das condições possíveis, estes sujeitos se constituem agentes deste território por se apropriarem do espaço, conforme as características principais e comuns encontradas entre os bairros.

Podemos considerar que vários são os motivos que levam uma determinada população a se instalar em áreas consideradas com riscos ambientais. Entre alguns exemplos, pode-se destacar a falta de condições financeiras para adequarem-se às áreas com melhor infraestrutura, fato que pode estar ligado à especulação imobiliária (SANTOS; CHAVES, 2009).

Como se pode notar em dois anúncios de uma imobiliária da cidade (retirados de uma rede social), esta população não tem direito e nem condições financeiras de aspirar um terreno em áreas onde as inundações não chegam, na figura 11, podemos ver o anúncio de um terreno na parte “alta” da cidade, sendo vendido por R\$235.000 mil reais e na figura 12, um terreno no bairro Rivera (atingido por inundações), por R\$65.000 mil reais, o que nos faz destacar a especulação imobiliária no município.

Figura 11 – Anúncio em rede social de um terreno para venda no município.



Fonte: Adaptado de Facebook, 2019.

Figura 12 – Anúncio em rede social de um terreno para venda no município.



Fonte: Adaptado de Facebook, 2019.

Desta forma, por habitarem nestas áreas e com o movimento crescente das águas, a população se vê obrigada a sair de suas casas, enquanto no município é declarado situação de emergência. Logo, percebe-se que a ausência de medidas para redução dos efeitos dos desastres faz com que aumente a intensidade, a magnitude e a frequência dos impactos. Além disso, não há uma mediação entre os moradores e o poder público.

Desta forma, retomamos nossa pergunta inicial: Esta população se organiza de alguma forma para reivindicar o seu território?

Apesar de termos apontado subsídios para tal resposta, passaremos a demonstrar maiores detalhes sobre como os moradores compreendem e se constituem no território jaguariense. Demonstraremos dados socioeconômicos (população e residência) e quanto às enchentes vivenciadas por esta população.

5.1 TERRITÓRIO JAGUARIENSE

A população reside em sua maioria nos bairros Sagrado Coração de Jesus, no Centro da Cidade, e no bairro Rivera. Nos dois últimos, a estrutura física é boa, as ruas são calçadas, existe sistema de água e esgoto e a população conta com melhores condições socioeconômicas. Já o primeiro é fruto de um programa de habitação desenvolvido pela prefeitura, e está localizado em uma área bem distante do centro do município. Este bairro surgiu, quando na enchente de 1984, uma grande parte da população ficou sem moradia, então a prefeitura os alocou nesta área, construindo moradias populares e temporárias para os mesmos. Mais adiante, um novo lote de casas foi construído neste local, abrigando mais pessoas de baixa renda.

Antes de tratarmos das particularidades, é importante destacar que, dos vinte e sete (27) questionários selecionados para compor a análise dos dados, onze (11) dizem respeito ao bairro Sagrado Coração de Jesus (área 1), oito (8) ao bairro Centro (área 2), e oito (8) ao bairro Rivera (área 3), conforme a figura 9. Esse número possibilitou uma boa análise e discussão dos dados.

Quanto à faixa etária dos entrevistados (Tabela 2) foi de: 44% possui entre 35 e 59 anos; e 33% tem 60 anos ou mais. Sendo 51,85% dos entrevistados do sexo masculino e 48,15% do sexo feminino (Figura 13).

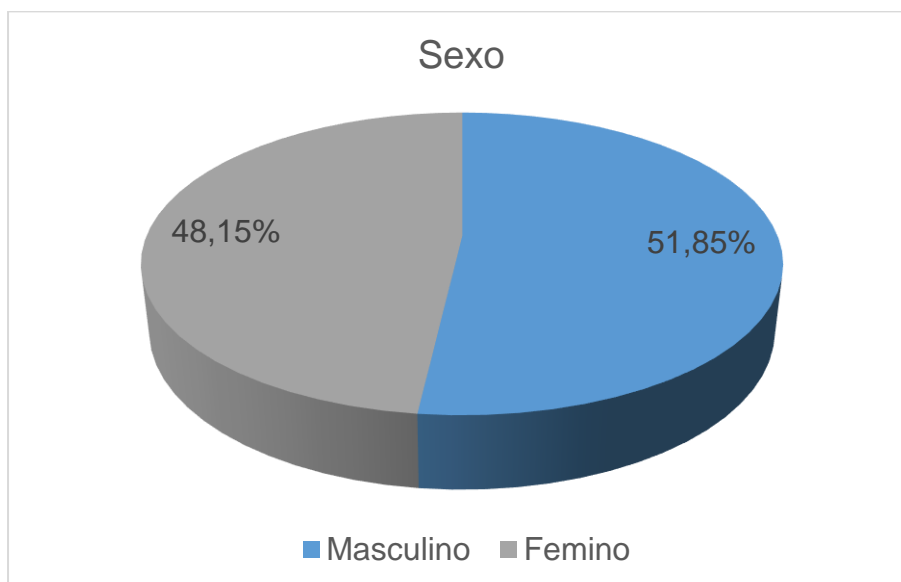
Tabela 2 - Faixa etária dos entrevistados.

Faixa etária	%
19 - 35	22,2%
35 - 59	44,4%
60 ou +	33,3%

Fonte: autora, 2020.

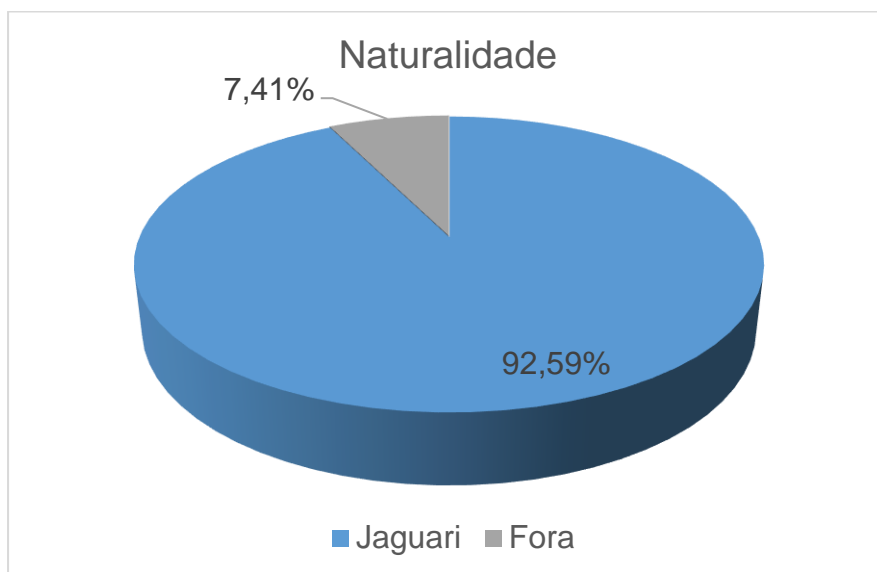
Dentre todas as residências, moram uma média de 3,4 moradores, e aproximadamente 93% dos habitantes do bairro são naturais de Jaguari (Figura 14), porém, as que afirmam serem de fora do município, em sua totalidade são naturais de Santiago – RS.

Figura 13 – Sexo dos entrevistados.



Fonte: autora, 2020.

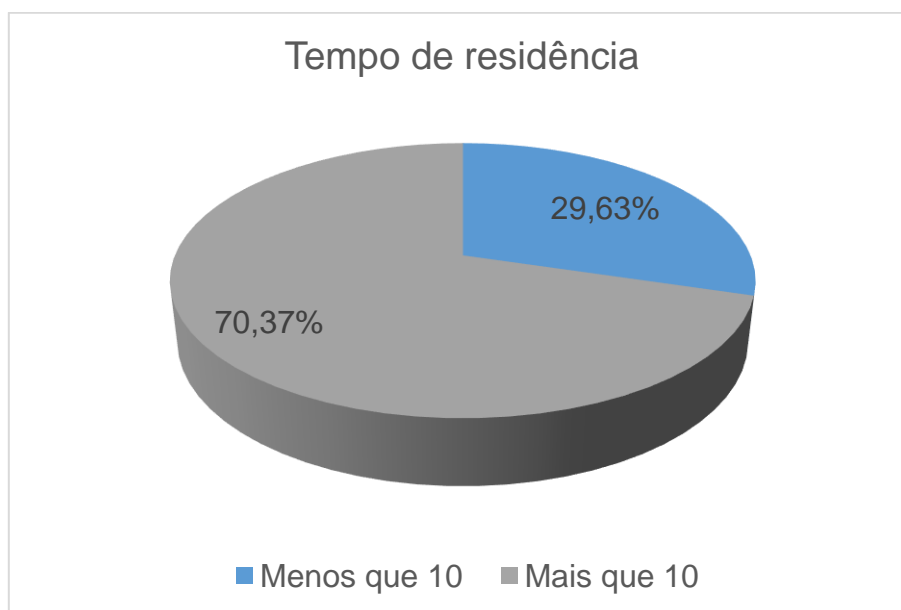
Figura 14 – Naturalidade dos entrevistados.



Fonte: autora, 2020.

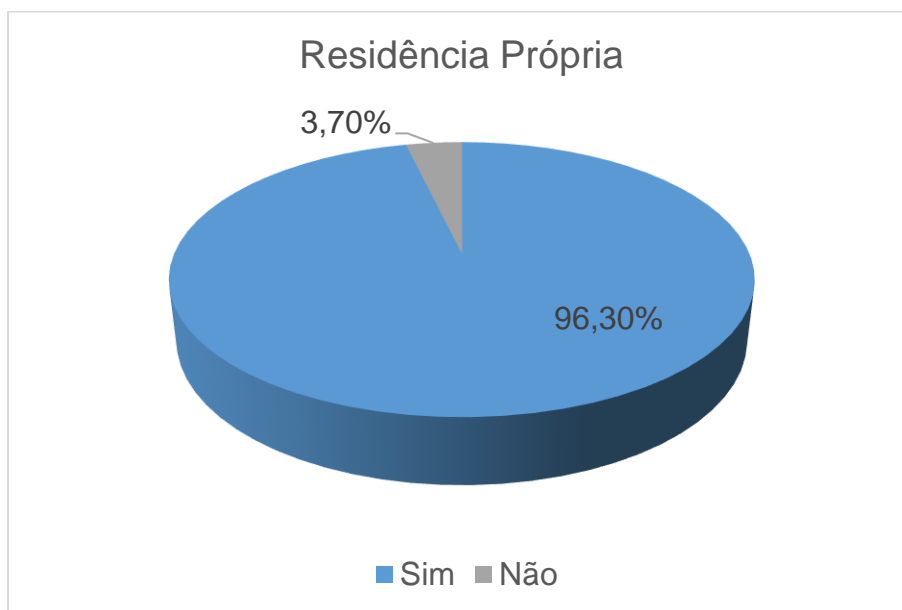
Ainda, mais de 70% dessa população reside a mais de 10 anos neste local (Figura 15) e não tem pretensão de sair, já que 96% dos possui residência própria (Figura 16), sendo 78% das casas de alvenaria, e 22% das casas são de madeira, e em boas condições de moradia.

Figura 15 – Tempo de residência no local.



Fonte: autora, 2020.

Figura 16 - Propriedade das residências dos entrevistados.

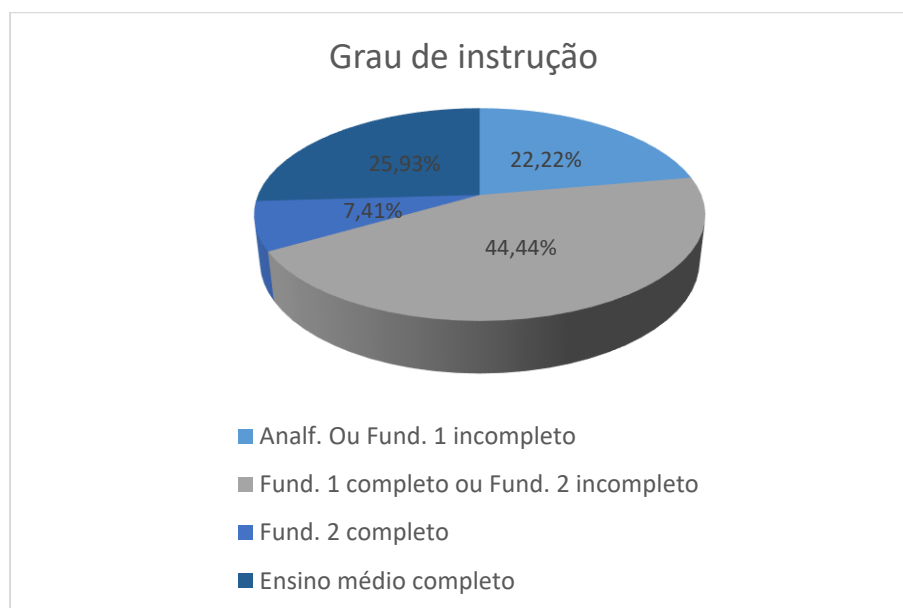


Fonte: autora, 2020.

A casa, muitas vezes não apenas uma estrutura para diversas famílias, funciona como uma instituição, criada a partir de uma série de propósitos. Sobre isto, sejam eles abrigar a família, ou apenas ter um imóvel. Acredita-se que, em Jaguari, o fato de uma expressiva população em área de inundação afirmar ter casa própria nos faz entender que essa determinada população se vê como parte deste local, onde resolveu fixar residência apesar de todas as circunstâncias vivenciadas.

Relativo à educação, majoritariamente esta população tem um baixo grau de instrução, pois apenas 26% da população entrevistada têm o Ensino Médio completo e 67% delas têm o ensino fundamental incompleto (Figura 17). O que nos leva a discutir as profissões exercidas pela população, que são, em sua maioria, aposentados, serviços gerais, pedreiros, domésticas e donas de casa.

Figura 17 – Grau de instrução dos entrevistados.



Fonte: autora, 2020.

No contexto das cidades brasileiras, essas áreas correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda ditos assentamentos precários ou subnormais (Brasil, 2007). A Política Nacional de Defesa Civil (Brasil, 2000) aponta alguns tipos de vulnerabilidades dentre elas a vulnerabilidade social que se distingue em aspectos socioeconômicos como: nível de renda e as condições estruturais dos domicílios, os aspectos socioculturais e sociopolíticos. Tal afirmação comprova a carência socioeducacional e socioeconômica da população que é atingida frequentemente pelas inundações.

Quanto à organização do poder público sobre esta realidade, a história demonstra que o município, até o momento, não possui um Plano Diretor²², pois este instrumento só é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. Apesar de constar no Plano Ambiental do município (Jaguari, 2010), alguns apontamentos sobre políticas relativas aos atingidos por inundações, até o momento não foram colocadas em prática em nenhum episódio de enchente.

Esse fato comprova a concepção de relações de poder abordada por Raffestin (1993), ou seja, o município recebe um recurso a cada episódio de enchente, no entanto não repassa aos atingidos.

²²Plano Diretor Municipal é um instrumento para dirigir o desenvolvimento do Município nos seus aspectos econômico, físico e social.

Conforme relato de (E.H, entrevistado, 2019) “a prefeitura não faz quase nada pela gente”. Podemos visualizar na (Figura 18), que demonstra pelo relato de um entrevistado que os lixos resultantes da última enchente (ocorrida no início de 2019) continuam até o momento apesar de ter sido solicitada a sua retirada.

Figura 18 – Lixo da enchente de 2018 na frente da casa do morador.



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Portanto, é necessário refletir que os danos causados pelo processo de inundação são ampliados pela localização da população de baixa renda, mais vulnerável, muitas vezes, disposta em posições geográficas propícias à ocorrência das inundações, áreas suscetíveis.

Conforme mencionado o conceito de ribeirinhos não pode ser atribuído e não justifica a presença dessas populações nesses locais estudados. Em conversas informais com servidores do município, da defesa civil e o secretário de infraestrutura, esta população denominada ribeirinha é na verdade tratada por eles como “atingidos” pelo rio, o que reforça a ideia de segregação espacial, onde estes sujeitos perdem ou estão em vistas de perder suas territorialidades de referência a cada cheia do rio.

Compreende-se que o conceito de segregação conforme Marques (2010), que diz respeito à separação e ao isolamento espacial dos grupos sociais em áreas relativamente homogêneas internamente, consegue explicar o modo como vivem estas pessoas atingidas pelas inundações e a formação desse espaço pelos sujeitos e pelo poder público.

Passa-se agora a tratar sobre os principais aspectos de cada bairro que compôs a pesquisa. Começando pelo bairro Sagrado Coração de Jesus, em seguida o bairro Centro e por último o bairro Rivera.

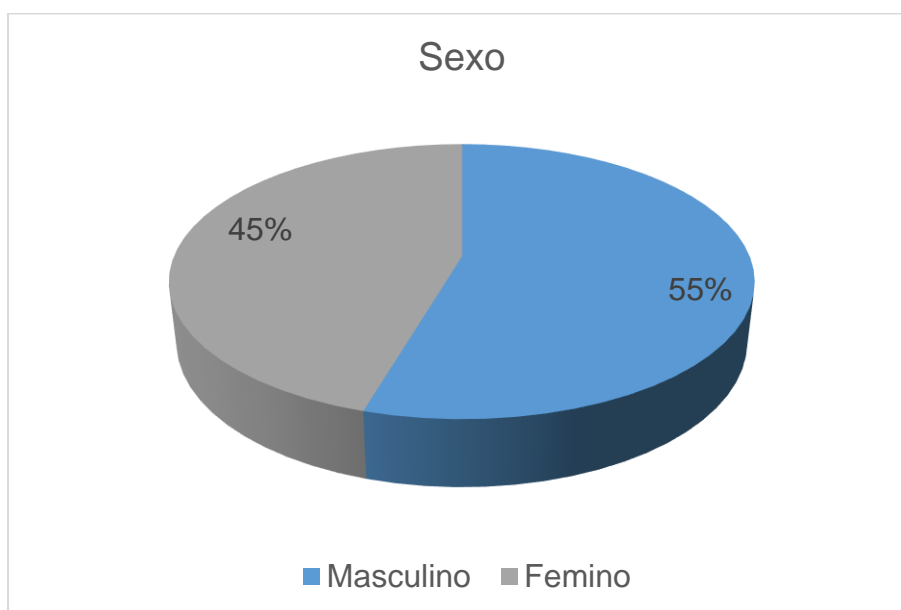
5.1.1 Bairro Sagrado Coração de Jesus – Área 1.

O bairro Sagrado Coração de Jesus localiza-se mais distante do centro da cidade, onde as ruas não são calçadas, e as residências não seguem um padrão, com um número significativo de casas de madeira, em torno de 44%, cujas condições de moradia e socioeconômicas são mais precárias. Segundo o documento que dispõe sobre as Delimitações do Território Urbano Municipal de 1989, as terras onde se encontra o bairro Sagrado Coração de Jesus, antiga Vila Consolata não faziam parte do perímetro urbano do município, sendo incorporado, somente na data da Lei Municipal nº 1.836 de 31 de Outubro de 1989. No que diz respeito à infraestrutura do bairro, nenhuma das ruas possui calçamento, há precarização de serviço de saneamento básico, haja vista que o esgoto em grande parte é inexistente o tratamento do mesmo, mas, a água é fornecida pela Companhia Rio-grandense de Saneamento – CORSAN.

Diversos são os relatos da população acerca da falta de infraestrutura no bairro, como calçamento das ruas, recolhimento do lixo, entre outros. Conforme o relato de uma entrevistada, moradora há 67 anos, “a ajuda não chega” (M.P, entrevistada, 2019).

No bairro Sagrado Coração, a média de sexo dos entrevistados foi de 55% masculino e 45% feminino (Figura 19). Dentre esses, 64% têm idades entre 35 e 59 anos (Tabela 3). Dessa forma, conclui-se que 81,2% da população residente neste bairro é idosa.

Figura 19 – Sexo dos entrevistados na área 1.



Fonte: autora, 2020.

Tabela 3 – Faixa etária dos entrevistados na área 1.

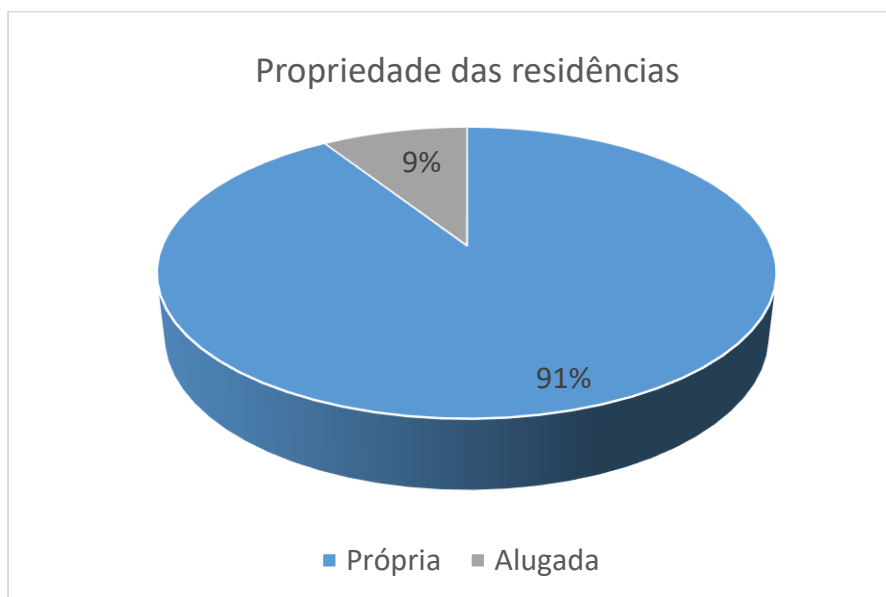
Faixa etária	%
19 - 35	22,2%
35 - 59	63,6%
60 ou +	18,2%

Fonte: autora, 2020.

A média de moradores por residência foi de 3,7 pessoas, sendo 91% dessas residências, próprias (Figura 20), e 55% das mesmas, são de Alvenaria²³.

²³Alvenaria é um conceito da construção civil que designa o conjunto de pedras, tijolos ou blocos que reunidos formam paredes, muros ou alicerces de uma edificação.

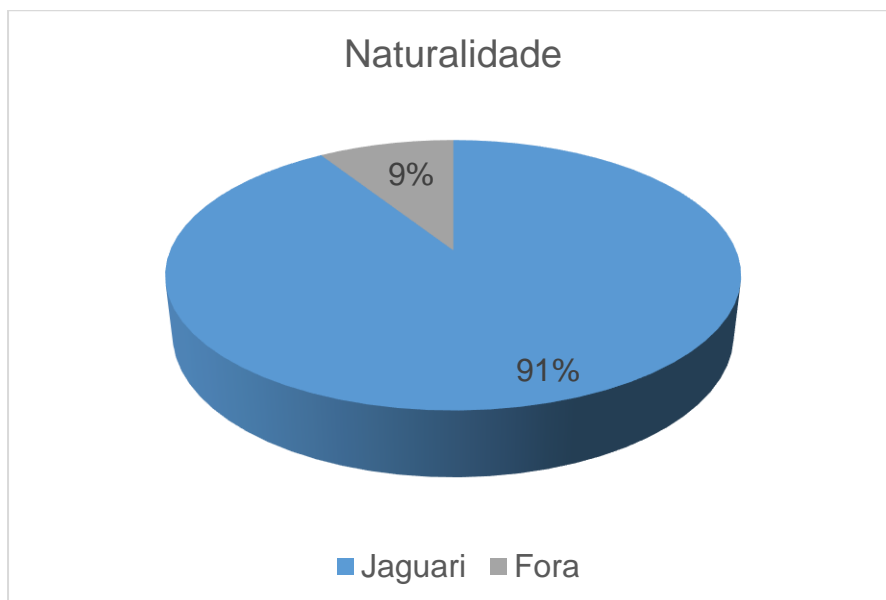
Figura 20 - Propriedade das residências dos entrevistados na área 1.



Fonte: autora, 2020.

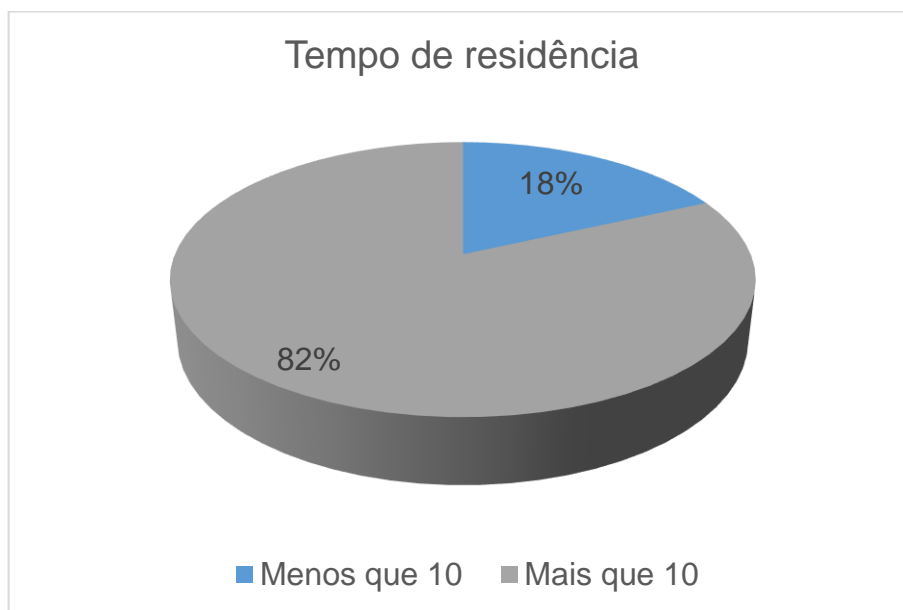
Ainda, 91% dos entrevistados nesse bairro são naturais de Jaguari (Figura 21). E 82% dessa população residem há mais de 10 anos na área (Figura 22).

Figura 21 – Naturalidade dos entrevistados na área 1.



Fonte: autora, 2020.

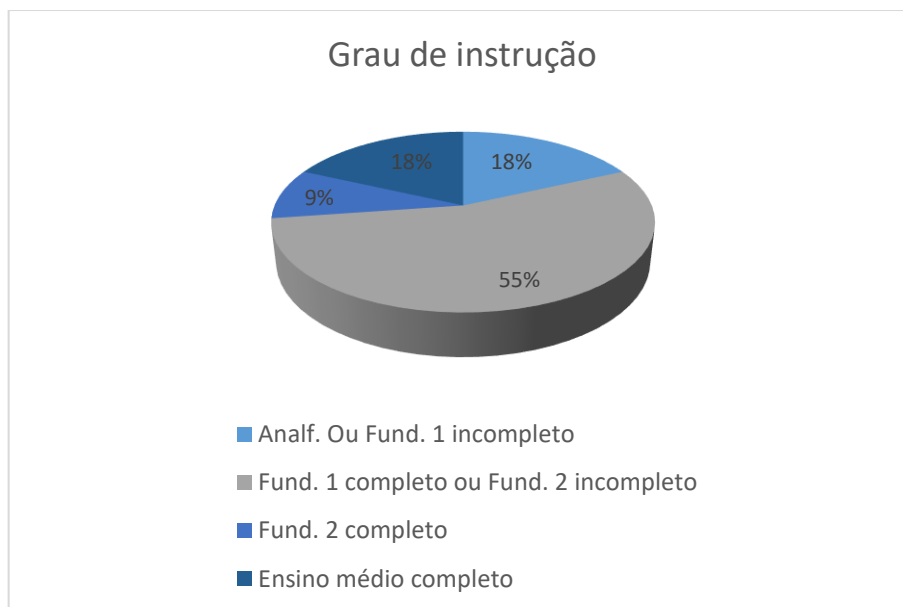
Figura 22 – Tempo de residência dos entrevistados na área 1.



Fonte: autora, 2020.

O grau de instrução (Figura 23) dos entrevistados na área 1, se assemelha aos dados gerais, onde 55% da população não completaram o ensino fundamental.

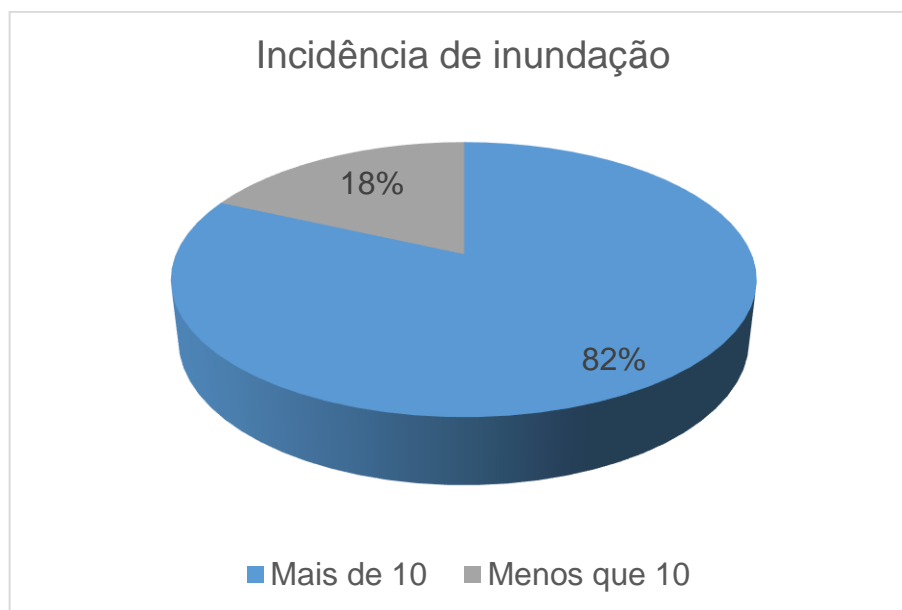
Figura 23 - Grau de Instrução dos entrevistados na área 1.



Fonte: autora, 2020.

Neste bairro, 100% da população entrevistada já foram atingidos por inundação pelo menos uma vez durante o tempo em que moram no local e 82% já sofreram com as inundações mais que 10 vezes (Figura 24). Ainda, 100% da população entrevistada nesse bairro precisaram sair de sua residência durante as cheias do rio.

Figura 24 – Incidência de inundação na área 1.



Fonte: autora, 2020.

Nesta questão havia também uma pergunta a qual tratava sobre como se deu esta saída, e se obteve auxílio de alguém, como a prefeitura, defesa civil, entre outros, e as respostas foram bem parecidas. Alguns relataram que saíram sozinhos das suas residências, como ilustrado na figura 25 e foram se abrigar na casa de parentes. “Eu pego as coisas que podem estragar, ponho pra dentro do carro e vamos lá pra minha cunhada no centro, aí quando baixa a gente volta” M.P (entrevistado, 2019).

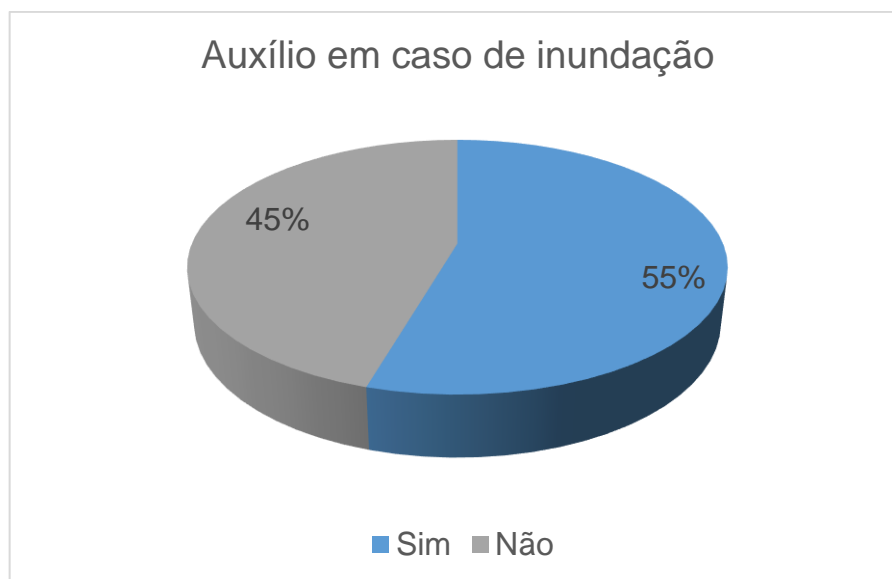
Figura 25 – Moradores tirando os móveis das residências.



Fonte: acervo pessoal, 2016.

Ainda, 55% dos entrevistados afirmaram ter recebido ajuda da prefeitura (Figura 26), na forma de roupas e comida. Ainda, alguns dos entrevistados relataram que algumas das vezes um caminhão da prefeitura foi até o local para ajudar na retirada dos pertences para um local seguro.

Figura 26 – Auxílio aos entrevistados na área 1.



Fonte: autora, 2020.

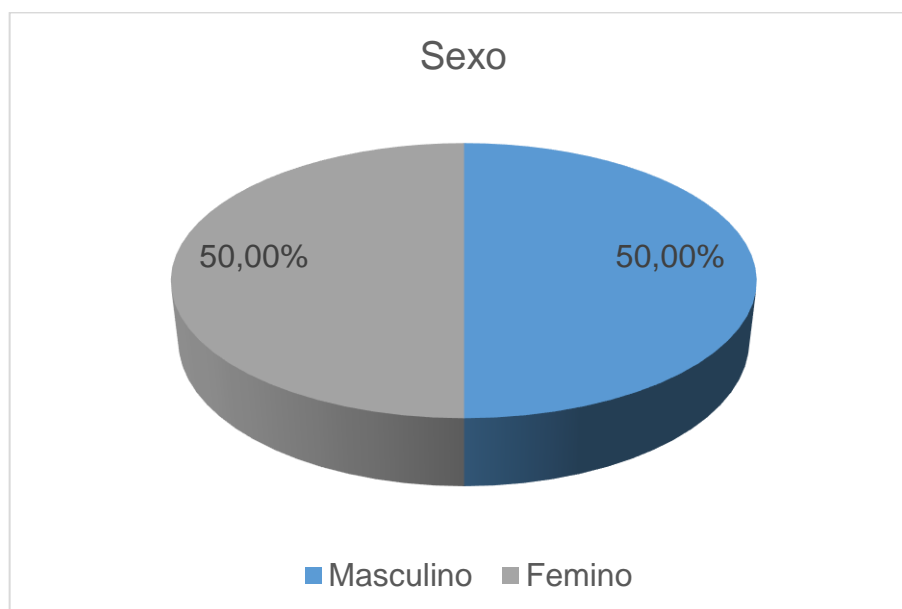
E.D (entrevistado, 2019) ainda comenta que “ numa dessas, a prefeitura ajudou só ida, aí para trazer as coisas de volta pra casa tive que me “virar”.

Este relato demonstra que a ação do poder público é relapsa, ao menosprezar as necessidades básicas e urgentes das populações que sofrem com as inundações. Por outro lado, a população não consegue exigir seus direitos por estar desorganizada política e coletivamente.

5.1.2 Bairro Centro – Área 2.

O centro da cidade é, em sua maioria, habitado por uma população de classe média²⁴, e possui uma boa infraestrutura, com ruas calçadas e conta com diversos investimentos da administração municipal. Os respondentes nesse bairro foram 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino (Figura 27). A faixa etária dos entrevistados foi de 38% entre 19 e 35 anos, e 38% entre 35 e 59 anos (Tabela 4).

Figura 27 – Sexo dos entrevistados na área 2.



Fonte: autora, 2020.

²⁴Classe média é uma classe social presente no capitalismo moderno que se convencionou a tratar como possuidora de um poder aquisitivo e de um padrão de vida e de consumo razoáveis, de forma a não apenas suprir suas necessidades de sobrevivência como também a permitir-se formas variadas de lazer e cultura.

Tabela 4 – Faixa etária dos entrevistados na área 2.

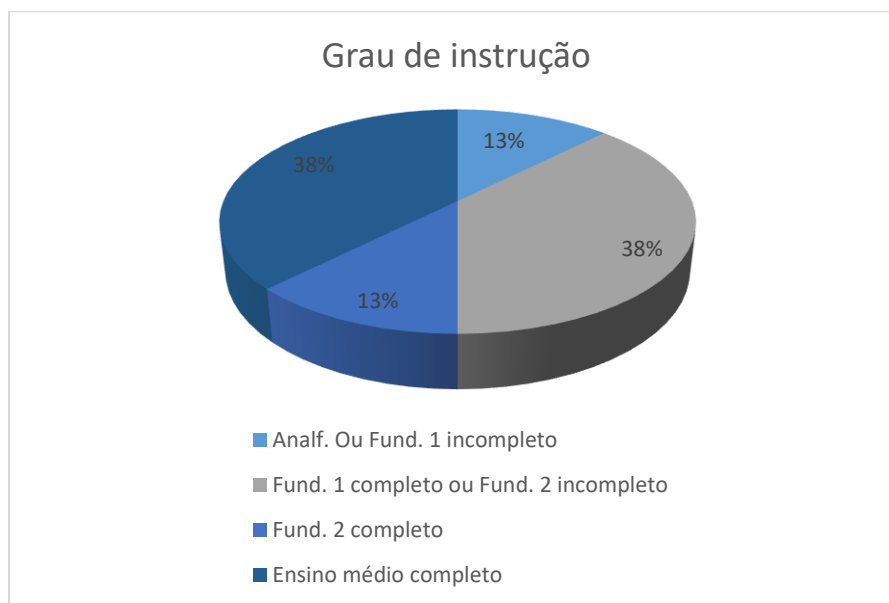
Faixa etária	%
19 - 35	37,5%
35 - 59	37,5%
60 ou +	25,0%

Fonte: autora, 2020.

No bairro, a média de pessoas por residência foi de 4,1% onde 88% dos moradores são naturais de Jaguari.

Neste bairro, o grau de instrução é um pouco diferente, mas os percentuais continuam baixos, apenas 38% dos indivíduos têm Ensino médio completo e 50% não possuem o ensino fundamental (Figura 28).

Figura 8 – Grau de Instrução dos entrevistados na área 2.

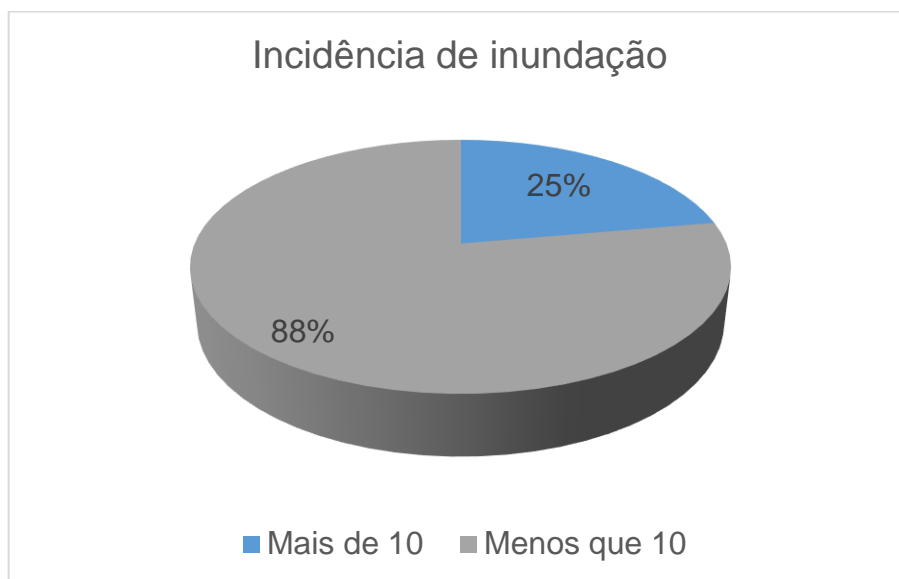


Fonte: autora, 2020.

A propriedade das residências foi de 100% casas próprias, e dessas, 100% são de alvenaria. Dos entrevistados, 50% da população residem no bairro há mais de 10 anos.

Cem por cento (100%) da população deste bairro afirmam já ter sofrido com as inundações, mas apenas 25% sofreram com as inundações mais do que 10 vezes (Figura 29).

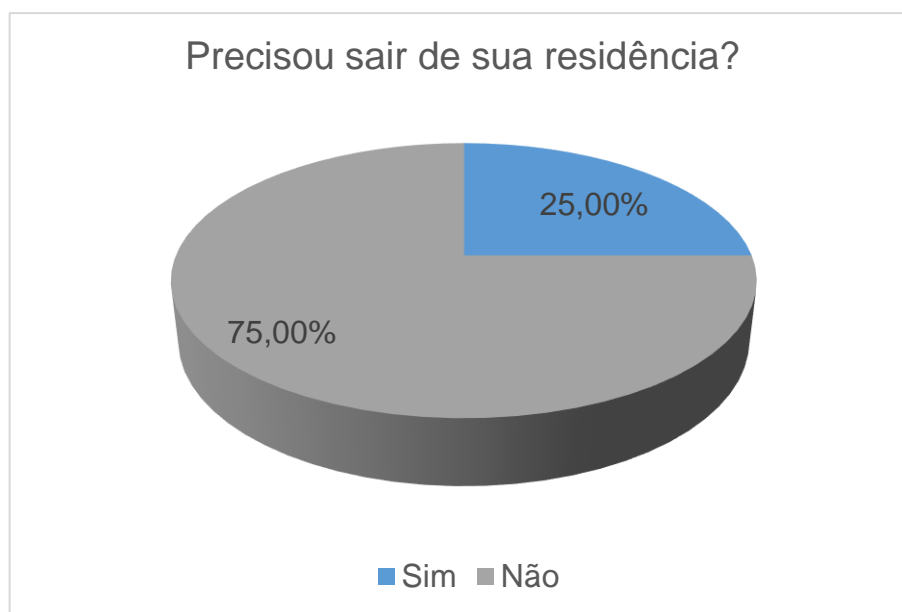
Figura 28 – Incidência de inundação dos entrevistados na área 2.



Fonte: autora, 2020.

Dentre esses, apenas 25% da população precisaram sair da sua residência (Figura 30), o restante apenas ficou "ilhado" sem ter acesso ao centro da cidade.

Figura 30 – Percentual dos entrevistados na área 2 que precisaram deixar suas residências.

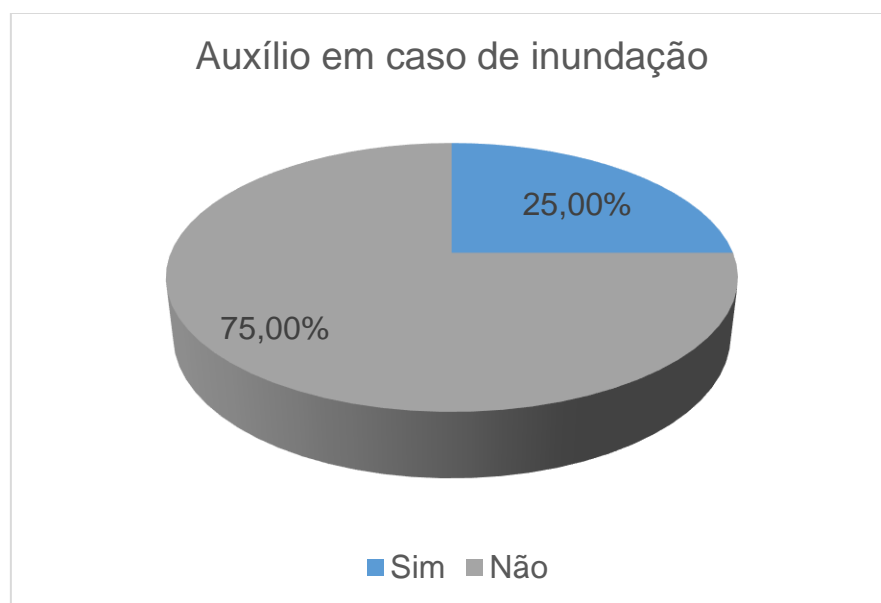


Fonte: autora, 2020.

Poucos são os moradores que afirmam ter recebido ajuda da prefeitura, apenas 25% deles (Figura 31), dentre estes, uma moradora conta ter recebido ajuda em forma de alimentos, mas da prefeitura de Santiago – RS. M.A

(entrevistada, 2019) relata que “um caminhãozinho da prefeitura de Santiago deixou umas cestas básicas aqui numa das enchentes e a vizinha que tem criança recebeu umas roupas”.

Figura 31 – Percentual dos entrevistados na área 2 que recebeu auxílio em caso de inundação.

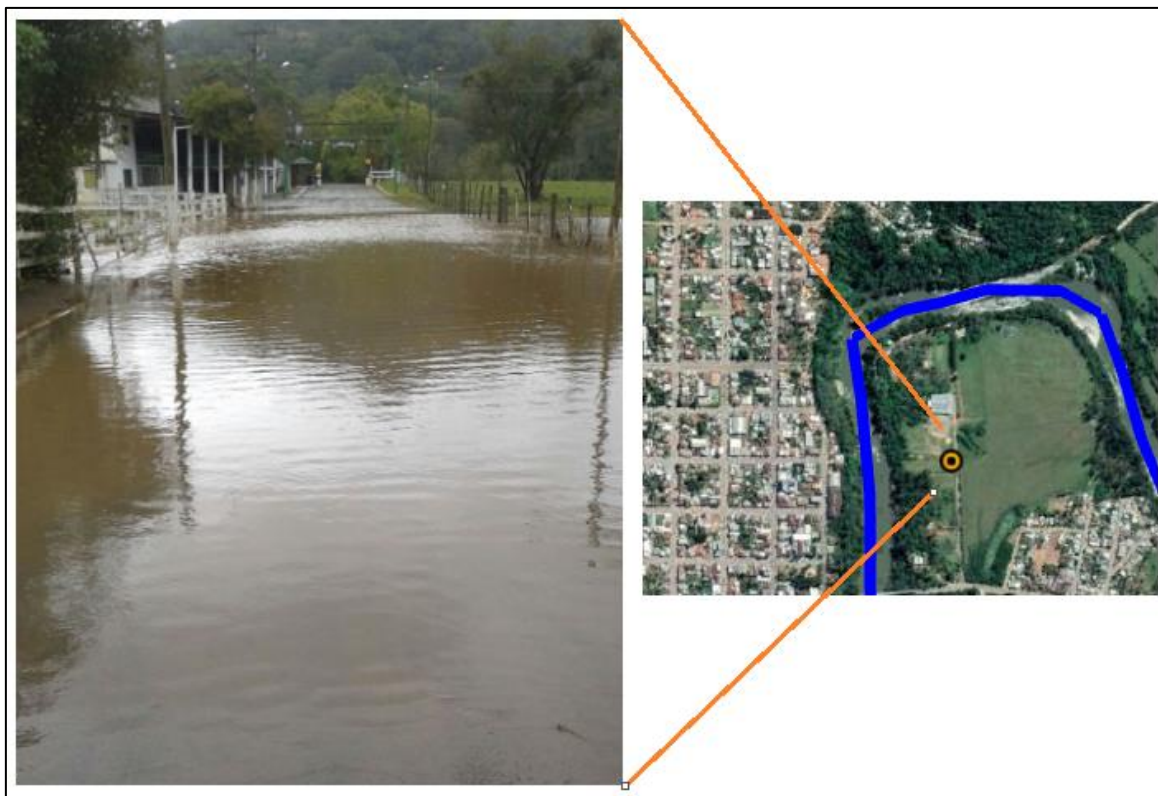


Fonte: autora, 2020.

5.1.3 Bairro Rivera – Área 3.

O bairro Rivera está localizado “do outro lado da ponte”, na margem esquerda do Rio Jaguari, em uma área mais “nobre” da cidade. Na Figura 32, pode-se visualizar o Camping Balneário Capejar, localizado às margens do rio, local alvo de recorrentes episódios de inundação.

Figura 32 – Enchente no Camping Balneário Capejar no ano de 2016.



Fonte: Acervo pessoal.

O sexo dos moradores entrevistados foi 50% homens e 50% mulheres, e neste bairro predominam os idosos, onde 63% dos entrevistados têm 60 anos ou mais (Tabela 5).

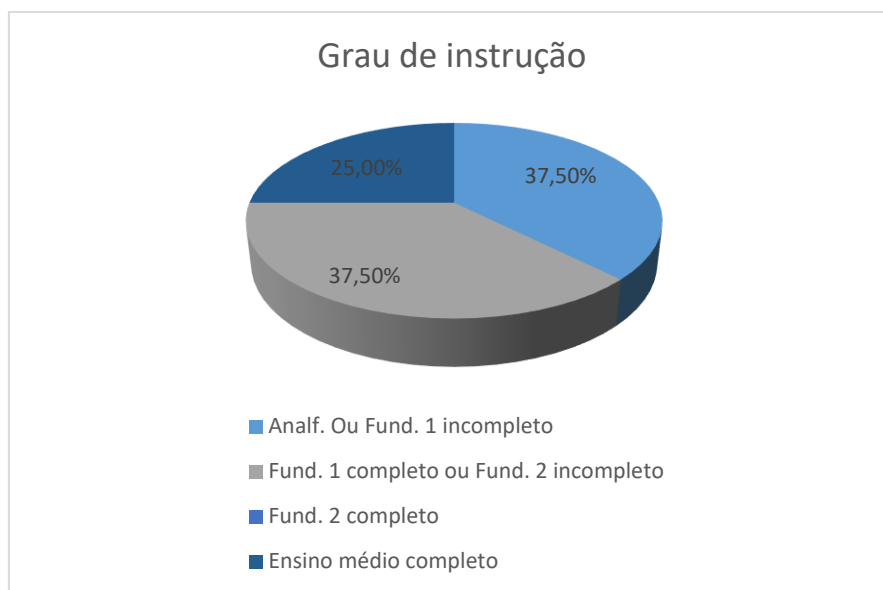
Tabela 5 – Faixa etária dos entrevistados na área 3.

Faixa etária	%
19 - 35	12,5%
35 - 59	25,0%
60 ou +	62,5%

Fonte: autora, 2020.

A média de habitantes por residência foi de 2,4, sendo todas elas naturais de Jaguari. Quanto à escolaridade, apenas 25% dos entrevistados afirmam ter o ensino médio completo, porém, o restante, 75% não chegaram a concluir o ensino básico (Figura 33).

Figura 33 – Grau de instrução dos entrevistados na área 3.

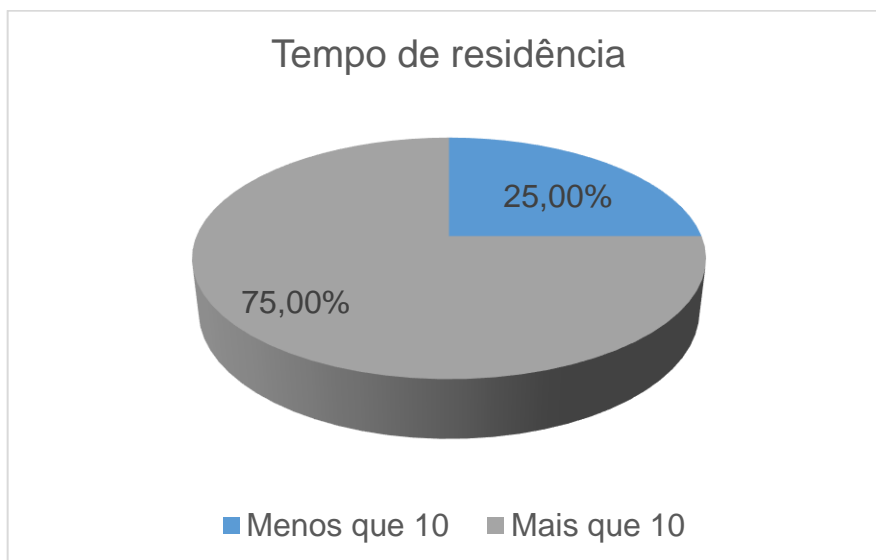


Fonte: autora, 2020.

Acredita-se que este fato se dê pela maioria da população ter idade avançada dos moradores, pois os mais velhos não tinham acesso à educação.

No bairro Rivera, 100% dos entrevistados afirmam ter residência própria e apenas 13% dessas residências são de madeira, mas com boas condições de moradia. Ainda, 75% dos habitantes residem há mais de 10 anos no local (Figura 34) e 100% deles já sofreram com as inundações.

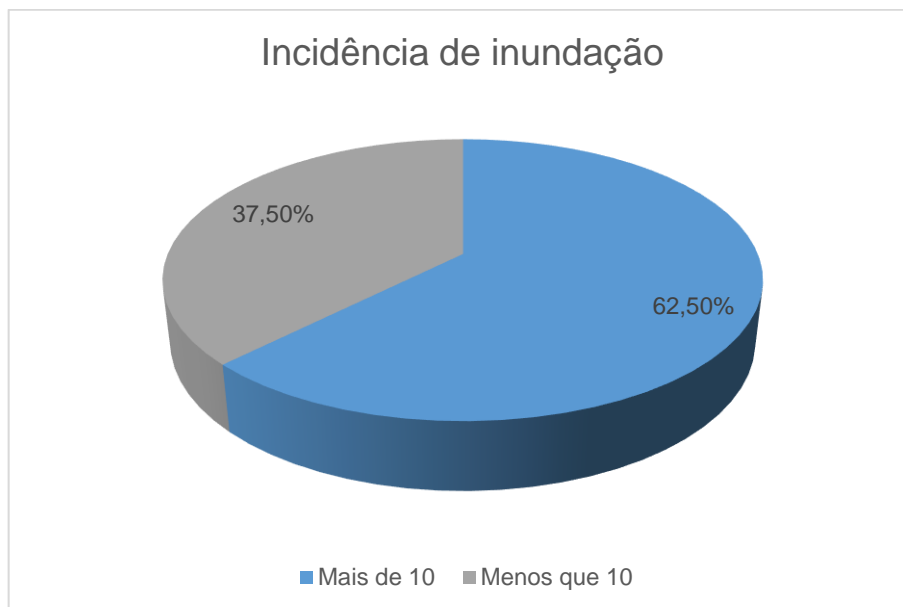
Figura 34 – Tempo de moradia dos entrevistados na área 3.



Fonte: autora, 2020.

Destes moradores, 63% foram atingidos pelas inundações mais de 10 vezes (Figura 35). Porém, apenas 37% da população precisaram sair de sua residência (Figura 36).

Figura 35 – Incidência de Inundação dos entrevistados na área 3.



Fonte: autora, 2020.

Figura 36 – Percentual dos entrevistados que precisaram deixar suas residências na área 3.



Fonte: autora, 2020.

Dentre esses 37 que precisaram sair de sua residência em caso de inundação, 25% afirmam ter recebido ajuda da prefeitura para sair de casa e posteriormente, também, em forma de roupas e alimentos.

6 A COPRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DOS SUJEITOS ATINGIDOS PELAS ENCHENTES EM JAGUARI/RS

O percurso da pesquisa mostrou que a hipótese inicial a qual imbuía o intuito de verificar se estes sujeitos eram considerados ribeirinhos, não se concretizou neste sentido, e sim em demonstrar como eles se constituem no território conforme alguns relatos a seguir.

ENTREVISTADO 1:

M. A (mulher, 88 anos) “Olha minha filha, eu não vou sair daqui não, nem se me derem uma casa, por que foi aqui que eu criei todas as minhas filhas, e construí cada pedacinho dessa casa com o meu trabalho”.

ENTREVISTADO 2:

P. E (homem, 76 anos) “Eu até tenho uma casinha lá na Consolata, mas minha filha mora lá, eu já me acostumei com a enchente, canso de pedir umas cargas de terra pra prefeitura, se aterrar aqui, para de entrar água na minha casa, mas eles dizem que não têm. Aí quando a água vem eu vou pra lá, fico uns dias e volto, por que a água não entra tanto, no máximo só até aqui (mostrando as marcas na parede da casa de madeira) ”.

ENTREVISTADO 3:

Em dados gerais, 51,85% dos entrevistados foram do sexo masculino, 92,59% naturais de Jaguari, e com idades entre 35 e 59 anos.

R. S (homem, 59 anos) conta que “Esse ano até não veio nenhuma (enchente), mas ano passado veio duas, aí tá todo esse lixo aqui, ninguém recolhe e eu não tenho como tirar. Eu moro aqui faz mais de 15 anos e não quero sair, só que a prefeitura tem que ajudar mais a gente”.

O questionário semiestruturado permitiu a coleta de alguns dados pontuais e por ser uma ferramenta de pesquisa ampla, ainda contou-se com alguns relatos dos respondentes, sendo estes, que demonstram algumas características em comum entre os moradores das três áreas pesquisadas.

Estas podem ser percebidas nos relatos acima, em que a característica e vontade de não sair do lugar em que mora a maioria há mais de 10 anos é muito forte/marcante. Configurando um pertencimento ao território habitado. Já que para Saquet (2005), a apropriação e produção do espaço geográfico, cotidianamente, estão na base do arranjo territorial, haja vista que essa população se apropria, produz e reproduz formas de vida dentro desse território. E, desta forma, o espaço e o território destes sujeitos expressam as relações que eles estabelecem cotidianamente formando, assim, as suas territorialidades.

O filósofo francês Pierre Bourdieu (1997) reflete sobre as características dos espaços físicos e sociais. Esse autor explica que os seres humanos se situam em um lugar, o qual ele define “absolutamente” como “o ponto do espaço físico onde um agente se situa”. Segundo ele, o espaço físico se define pela exterioridade mútua das partes. O espaço social é apontado, por ele, como elemento fundamental na constituição dos agentes sociais, pois é na relação com o espaço social que “os agentes sociais são constituídos como tais”

Porém, ao contrário do que Bourdieu destaca, esta população parece não se enxergar como agente social constituído por esse território. De forma que ele não se utiliza de nenhum meio para reverter as situações vivenciadas a cada episódio de inundação.

Uma das questões pontuais do questionário buscava enquanto objetivo investigar se estes moradores se organizavam de alguma forma para reivindicar melhorias para o local onde vivem, e 100% da população responderam que não estão organizados sindical, política ou culturalmente nas comunidades em que vivem, ou seja, não há um líder comunitário, uma associação de moradores que busque fomentar transformações coletivas para estes locais.

Também é importante lembrar que para Fernandes (2006), o território não é apenas espaço geográfico, também pode ser espaço político. Os espaços políticos diferem dos espaços geográficos em forma e conteúdo. Os espaços políticos, necessariamente, não possuem área, mas somente dimensões. Podem ser formados por pensamentos, ideias ou ideologias.

Sendo assim, pode-se compreender que os moradores desses bairros não se encaixam em nenhum padrão específico de segregação, mas ao mesmo tempo podem ser visualizados em cada um dos padrões propostos por Marcuse (2004). As inferências acima corroboram seus estudos, visto que, historicamente, existe um padrão geral de segregação da classe trabalhadora, que podem ser divididas da seguinte maneira:

- a) Divisão Cultural – realiza-se através da língua, da religião, das características étnicas, estilo arquitetônico, por país ou nacionalidade;
- b) Divisão Funcional – é resultado da lógica econômica, resultando na divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias. Ela pressupõe a divisão do espaço pela função exercida para cada atividade.
- c) Divisão por Diferença no Status Hierárquico – reflete e reproduz as relações de poder na cidade. Pode ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) ou pela distribuição dos serviços públicos pelo Estado.

Em Jaguari, estão visíveis duas dessas divisões, sendo elas a Funcional e a Diferença por Status Hierárquico. A Divisão Funcional, de forma que essa população está dividida em bairros, em um bairro residencial onde reside em sua maioria a classe trabalhadora, que exercem diversas funções entre elas as dispostas na tabela 6.

Quadro 1 – Profissões exercidas pelos moradores.

PROFISSÕES EXERCIDAS	APOSENTADOS
	PEDREIRO
	SERVIÇOS GERAIS
	EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Fonte: autora, 2020.

E a divisão por status hierárquico, onde está visível a má distribuição dos serviços públicos. Sendo assim, a falta de infraestrutura e o descaso da administração municipal para com a população destas áreas do município nos

faz levantar a questão de segregação – social e espacial – destes indivíduos. Pois, quando pessoas passam a ocupar áreas passíveis de enchentes e escorregamentos elas se tornam vulneráveis a estes eventos naturais, vulnerabilidade é o grau de perda para um dado elemento ou grupo dentro de uma área afetada por um processo (BRASIL, 2004).

A Política Nacional de Defesa Civil (BRASIL, 2000) aponta alguns tipos de fragilidades dentre elas a vulnerabilidade social, que se distingue em aspectos socioeconômicos como: nível de renda e as condições estruturais dos domicílios e aspectos socioculturais e sociopolíticos. Tal afirmação comprova a carência educacional e socioeconômica da população que é atingida frequentemente pelas inundações.

A carência social é definida pela existência ou predominância de grupos sociais caracterizados pelas suas posições inferiores na hierarquia social, em termos de renda, escolaridade e possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Vulnerabilidade social é caracterizada pela existência ou predominância de grupos sociais com dificuldades de acesso a recursos que os habilitem a participar ativamente da sociedade.

Neste sentido, as pesquisas têm mostrado que a segregação socioespacial, ao produzir efeitos de isolamento social, vem se tornando uma dimensão importante da desigualdade, gerando processos de exclusão social. Para estes grupos, é fundamental que se construam políticas de inclusão social, visando à superação das desigualdades sociais (BUENO, 2003).

O processo de segregação socioespacial se caracteriza pelo acesso diferenciado e desigual à cidade, tanto em relação aos bens e equipamentos de uso coletivo e da localização espacial, como ao sistema de relações no interior da cidade, sendo, assim, produto das desigualdades sociais entre as diferentes classes, pois “o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social” (CARLOS, 2005, p.23).

Portanto, não é apenas a segregação que especifica acesso desigual, mas também (e ao mesmo tempo) a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a segregação. Estes se constituem segregados por não terem direito a cidade, não ter direito a usufruir de toda a construção coletiva que é a identidade urbana, eles se configuram como segregados neste espaço, pois não têm

acesso à segurança, em caso de inundação, à saúde nas mais diversas instâncias, onde A, D (entrevistada, 2019) comenta que os exames que dizem respeito à saúde da mulher não estão disponíveis no município, fazendo com que essa população tenha que se deslocar até Santiago – RS, só que quem trabalha, como é o caso da entrevistada, não está sempre disponível para pegar o ônibus da saúde e viajar para realizar o exame em outro município.

Ainda, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes.

O território das populações estudadas não é dominado por eles, estes, apenas habitam nele, e não se sentem participantes da sua construção, apesar de a maioria residir nestes locais a muitos anos. Desta forma, os mesmos expressam suas necessidades individualmente, como é o caso de R. S (entrevistado, 2019), que sozinho vai diversas vezes até a prefeitura pedir que venham retirar o lixo da frente de sua casa.

No entanto, referente a tudo o que foi visto durante o trabalho, falta para essas comunidades pesquisadas, identificarem-se com o seu território, já que a identidade diz respeito a uma noção de identificação com o meio e com um grupo, e é um processo de construção histórica dos sujeitos que constituem tais comunidades revelam-se então territorialidades cujo modo de vida já se acomodou aos desastres naturais dos quais sofrem ano a ano. Com isso, nota-se, sobretudo, o descaso dos agentes públicos com relação às melhorias na infraestrutura dessas localidades, haja vista que a cada inundação os mesmos problemas efetivam-se recorrentes, embora esta população receba algum auxílio por parte da gestão pública, como já citado – roupas, alimentação.

Estes moradores se entendem como pertencentes a este território, mas não se identificam como tais. Desta forma, pode-se dizer que a falta de organização social enquanto grupo, um grupo atingido pelas inundações reforça a ideia de segregação, onde os mesmos deixam de se organizar, por falta de iniciativas, já que diversos entrevistados relatam que ninguém quer assumir “o posto” de líder comunitário para que haja uma efetiva representação deste grupo perante as autoridades.

Os habitantes dessas três regiões em Jaguari dividem o território com o rio e entendem esse processo como natural, e ainda tentam encontrar saídas para

que esse processo não seja tão injusto a cada inundação, como é o caso do entrevistado que por diversas vezes solicitou uma carga de areia para que a água não voltasse a entrar em sua residência, mas não obteve resposta positiva, visto que não fora ouvido por não ter representantes que sejam capazes de transformar essa voz individual em uma voz coletiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os cidadãos têm direito a cidade e ao acesso a ela. Em Jaguari, essa falta de acesso está historicamente atrelada as formas de desenvolvimento das cidades, e a reprodução do capital, onde os grandes acumuladores de capital residem nas melhores áreas e a população menos favorecida se dá por satisfeita em residir nos assentamentos precários, e o estado reforça cada vez mais essa dinâmica quando não fornece subsídios para esta população que ocupa esses espaços.

No município, ficam visíveis as duas linhas de investigação do espaço urbano propostas por Corrêa (2003), onde na primeira linha, o espaço urbano refere-se ao resultado das ações dos agentes sociais, que no território ocupado pelos sujeitos pesquisados são nulas, e na segunda linha as práticas desses agentes neste espaço, que também não ocorrem. Já que estes sujeitos não se organizam e não se colocam como agentes de capazes de reivindicar as mudanças necessárias neste cenário em que vivem.

Diante dos riscos observados é de necessidade fundamental a organização dos espaços urbanos bem como o investimento em medidas estruturais e não estruturais a fim de minimizar as diferenças econômicas e sociais nestas áreas. Neste sentido não se pode desvincular o papel do Estado com o papel de aplicar políticas públicas no que se refere à gestão do solo urbano, cabe ao poder público o controle do planejamento da cidade e do uso da terra, a fim de minimizar os riscos ao meio ambiente, e promover a regularização de áreas ocupadas por populações de baixa renda.

Desta forma, pode-se concluir que a referida dissertação alcançou seu objetivo principal que visava analisar e compreender o território ocupado pelas populações atingidas por inundações no município de Jaguari, caracterizando-os e delineando suas principais características.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 23-69, 2004.

ALMEIDA, M. **Narrativas Agrárias e a morte do campesinato**. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, v.1, n. 2, p. 157-186, set. 2007.

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Tradução de Maria Drummond Trindade. Brasília: Ed. UnB, 1985.

ARRUDA, Rinaldo S. V. (2000). **“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos*. São Paulo: NUPAUB, Hucitec.

_____; ARRUDA, R. S. V. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

BENNETT, Pery da Silva. **Indicadores de sustentabilidade em habitação popular: construção e validação de um instrumento de medição da realidade local de comunidade de baixa renda**. 2004.

BRASIL. **“Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil”**. 2000. Política Nacional de Defesa Civil. Brasília: SEDEC.

_____. Ministério das Cidades/Instituto de Pesquisas Tecnológicas. 2004. **“Mapeamento e Gerenciamento de Áreas de Risco”**. IPT/CPEPD/UFSC. Brasília: Ministério das Cidades. Página 222.

_____. Ministério das Cidades/ Instituto de Pesquisas Tecnológicas- IPT. 2007 **“Mapeamentos de Rios em Encostas e Margens de Rios.”** Brasília. Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas- IPT.

_____. Decreto Lei n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Poder Executivo, 8 jul. 2007b.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA/SBF, 2011.

BARRETO FILHO, H. T. **Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil**. In: RICARDO, F. (org.). *Terras indígenas &*

unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, 2004. P.53-63.

BELTRÁN, F. (ed.). **Indigenous and Traditional Peoples and Protected Areas: Principles, Guidelines and Case Studies**. Gland e Cambridge: IUCN; WWF, 2000.

BONDUKI, N. e ROLNIK, R. (1982). "**Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho**". In: MARICATO, E. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Ômega. pp. 117-154.

BUENO, L. M. M. **Parâmetros e tipologia**. In: Seminário Subsídios Para A Elaboração Da Política Nacional De Urbanização E Regularização De Assentamentos Precários. Brasília: out. 2003.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. **O espaço da cultura: guia cultural do Estado de São Paulo**. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, p. 55-65, 2001.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; BRUNO, Ana Carla dos Santos. **Povos e Comunidades Tradicionais: das Áreas Protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva**. Ambiente & Sociedade n São Paulo, v. 17, n. 3, p. 115-134, 2014.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 230, p. 25-39, 2016.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart. **A Segregação Residencial e a Cidade do Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XX**. In: http://www.uff.br/posgeo/modules/t_conteudo/content/campos/elizabeth.pdf. Acesso em 17 Fev. 2019.

CASTILHO, M. A. de; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. **Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS**. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 10, n. 2, p. 159-69, jul. /Dez. 2009.

COELHO, M.C.N. 2001. "**Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e método de pesquisa**". **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. P. 19-45.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. pp. 133-134.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço geográfico: algumas considerações**. In: SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.

DE CASTILHO, Maria Augusta; ARENHARDT, Mauro Mallmann; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS.** Interações (Campo Grande), v. 10, n. 2, 2016.

DE SOUZA, Marcelo José Lopes. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual.** Ática, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos (2004). **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais.** In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB, USP.

DINIZ, Marco Túlio Mendonça. Utilização de entrevistas semi-estruturadas na gestão integrada de zonas costeiras: o discurso do sujeito coletivo como técnica auxiliar. **Scientia Plena**, v. 7, n. 1, 2011.

GIL, AC. **Como elaborar projetos e pesquisa.** 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995:58.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território.** Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GRAFIMMEYER, Y. 1996. **“La ségrégation spatiale”.** In: Puagm, S. (org.) L'exclusion – L'état des savoirs. Paris: Éditions la découverte.

GUIA DE CADASTRAMENTO DE POPULACIONAIS TRADICIONAIS E ESPECÍFICOS - MPF. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-comunidades-tradicionais/ciganos/2_guia-dos-povos-mds-26x20cm-final.pdf> Acesso em: 12 Fev. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

HARVEY, David et al. **A liberdade da cidade.** GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), n. 26, p. 09-18, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 Fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades – Jaguari.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430965&search=rio-grande-do-sul|passo-fundo>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

KOWARICK, L. (1979). **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MARICATO, Erminia. **A nova política nacional de habitação**. O Valor, 2005.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza**. Editora Unesp, 2010.

MARCUSE, Peter. **Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado**. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, pp. 24-33

MIOLA, Alessandro Carvalho et al. **Planejamento para comunidades rurais em situações de enchentes**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.

MADRUGA, Roberta Araujo et al. **Análise da vulnerabilidade social às inundações dos municípios pertencentes à sexta Regional da Defesa Civil do Rio Grande do Sul**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.

MARENGO, J. A. 2010. **Mudanças climáticas e eventos extremos no Brasil. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS**. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-504.pdf>>. Acesso em: 23 Dez. 2019.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MUSEU MUNICIPAL (Jaguari, RS). **Museu municipal de Jaguari**. Jaguari, 2014.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises**. Coletâneas do nosso tempo, v. 8, n. 08, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Rodrigues. **Campo e Cidade na Amazônia: tendência de urbanização e o desenvolvimento**. Revista Educação Popular na Amazônia - Educandos e Educadores. Publicação das Escolas de Formação Sindical Amazônia e Chico Mendes. S/E, 2001.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

OMM. **Aspectos Sociales y Participación de Los Interesados en La Gestión Integrada de Crecidas**. Genebra: Organización Meteorológica Mundial, V. OMM – nº 1008, 2006. ISBN: 92-63-31008-4. Documento Técnico APFM nº 4, Série “Políticas de Gestión de Crecidas”.

PÁDUA, M. T. J. **Do sistema nacional de unidades de conservação**. In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (org.). Dez anos de Sistema Nacional de

Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília, DF: MMA, 2011. p.21-36.

PILKE JR, R.A.; DOWNTON, M.W. Precipitation and damaging floods: trends in the United States, 1932- 97. **American Meteorological Society**, [s.v.], [s.n], p.3625-3637, oct. 2000.

PINÇON-CHARLOT, M.; PRETECEILLE, E. e RENDU, P. 1986. **Ségrégation Urbaine: Classes sociales et Équipement collectifs région parisienne**. Paris: Ed. Anthropos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARI. Localização. Disponível em: <http://jaguari.rs.gov.br/?page_id=56>. Acesso em 11 jan. 2019.

PRINA, Bruno Zucuni. **Geotecnologias aplicadas no mapeamento da área de inundação do perímetro urbano de Jaguari/RS**. Santa Maria, 2015. 128 p. Dissertações (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do Homem (Antropogeografia)** (Traduzido do italiano por Fátima Murad). In: Ratzel. MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática, pp. 32-107, 1990. 200p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269p.

SILVA, Sueli Santos da et al. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. 2009.

RIBEIRO, L. C. Q. **Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios**. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS J. O. A. dos (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 261-289.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica**. 1978.

SANTOS, F. de O.; CHAVES, M. R. **Evolução urbana, especulação imobiliária e fragilidade ambiental em Caldas Novas (GO)**. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 10, n. 32 dez/2009 p. 126 - 137 - revista *on line* - ISSN 1678-6343.

SAQUET, M. **Proposições para estudos territoriais**. Geographia, Rio de Janeiro, n. 15, p. 71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In; SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos. São Paulo, Expressão popular, 2009.

SILVA, Josué da Costa & SOUZA FILHO, Theóphilo Alves de. **O viver ribeirinho. In: Nos Banzeiros do Rio: Ação Interdisciplinar em busca da sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia.** Porto Velho/RO: EDUFRO, 2002.

SUERTUEGARAY, D. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. **Revista GEOgraphia.** Ano IV, nº 7. Niterói, 2002.

TANAKA, O.; MELO, C. **Reflexões sobre a avaliação em serviços de saúde e a adoção das abordagens qualitativa e quantitativa.** In: BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. (Org.). *Pesquisa qualitativa de serviços de saúde.* Petrópolis: Vozes, 2004. p. 121-136.

TUCCI, Carlos EM. **Inundações urbanas.** Porto Alegre: ABRH/RHAMA, v. 11, 2007.

TORRES, Haroldo da Gama et al. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo.** Estudos avançados, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação.** São Paulo: Annablume; FAPsESP, 2008.

VICENTE, Andrea Koga. **Eventos extremos de precipitação na Região Metropolitana de Campinas.** 2005. 160p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286870>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Transformação sócio territorial de Jaguari – RS.

Pesquisador responsável: Isabela S. Mello

Instituição/Departamento: UFSM – Departamento de Geociências – Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8908. Avenida Roraima, 1000, prédio 17, sala 1132, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Jaguari – RS.

Eu, **ISABELA SILVEIRA MELLO**, responsável pela pesquisa intitulada Territórios Ribeirinhos – Transformação sócio territorial de Jaguari – RS, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo. Esta pesquisa pretende descrever e desvendar a realidade vivida pela população atingida pelas cheias do rio Jaguari em Jaguari – RS. Acreditamos que ela seja importante porque é uma forma desta população ser assistida por outra parte da sociedade e poderem contar seus anseios e histórias de vida ribeirinha. Para sua realização será feito o seguinte: aplicação de um questionário semi-estruturado. Sua participação constará de responder as perguntas do questionário, estando livre para contar histórias e agregar a pesquisa. A pesquisa não causará nenhum tipo de dano ao entrevistado. Os benefícios que esperamos como estudo são poder futuramente prestar auxílio aos atingidos e a prefeitura sobre a situação destes moradores.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Conselho de Ética em Pesquisa da UFSM.

Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADO

- SEXO:(F) (M)
 - IDADE: _____
 - NATURAL DE: _____
 - DE ONDE VEIO PARA CÁ? _____
 - GRAU DE INSTRUÇÃO: _____
 - QUAL SUA PROFISSÃO: _____
 - HÁ QUANTO TEMPO MORA NO LOCAL? _____
 - PRETENSÃO DE SAIR? _____
 - A RESIDÊNCIA É PRÓPRIA? (SIM) (NÃO)
 - QUANTAS PESSOAS VIVEM NA CASA? _____
 - QUANTOS FILHOS? _____
 - TIPO DE MATERIAL DA RESIDÊNCIA: _____
 - TEM ÁGUA ENCANADA? (SIM) (NÃO)
 - TEM REDE DE ESGOTO? (SIM) (NÃO)
- _____
- SUA RESIDÊNCIA JÁ SOFREU COM AS INUNDAÇÕES? (SIM) (NÃO)
 - QUANTAS VEZES? _____
 - VOCÊ PRECISOU SAIR DE SUA RESIDÊNCIA? (SIM) (NÃO)
 - COMO SE DEU ESTA SAÍDA? _____
 - VOCÊ RECEBEU ALGUM TIPO DE AJUDA DURANTE ESSE PERÍODO?
- _____
- DE QUEM? _____
 - EXISTE ALGUMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NO LOCAL?
- _____
- VOCÊS MORADORES ATINGIDOS PELAS INUNDAÇÕES, SE ORGANIZAM DE ALGUMA FORMA PARA REIVINDICAR MUDANÇAS OU MELHORIAS PARA O LOCAL DE MORADIA JUNTO A PREFEITURA?
- _____

ANEXO A – PORTARIA Nº 209 DE 21 DE AGOSTO DE 2014.

PORTARIA N 209, DE 21 DE AGOSTO DE 2014

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF Município	Desastre	Decreto	Data	Processo	
BA	Abaré	Estagem - 1.4.1.1.0 14/2014	13/08/14	59050.001160/2014-37	
BA	Carrehanha	Estagem - 1.4.1.1.0 024/2014	11/08/14	59050.001195/2014-76	
BA	Caturama	Estagem - 1.4.1.1.0 021/2014	01/08/14	59050.001180/2014-16	
BA	Ipupara	Estagem - 1.4.1.1.0 056	13/08/14	59050.001182/2014-05	
BA	Manoel Vitorino	Estagem - 1.4.1.1.0 036/14	04/08/14	59050.001181/2014-52	
BA	Itandê	Estagem - 1.4.1.1.0	MU-0083/2014	11/08/14	59050.001149/2014-77
MG	Fruta de Leite	Estagem - 1.4.1.1.0	018/2014	04/08/14	59050.001185/2014-31
MG	Itacibim	Estagem - 1.4.1.1.0	068	18/08/14	59050.001190/2014-31
MG	Mata Verde	Estagem - 1.4.1.1.0 066/2014	11/08/14	59050.001176/2014-83	
RS	Candiota	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	3437	08/08/14	59050.001184/2014-96
RS	Jaguari	Enxurradas - 1.2.2.0.0	051/2014	28/07/14	59050.001163/2014-87
RS	São Sepé	Enxurradas - 1.2.2.0.0	3768	28/07/14	59050.001177/2014-94

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

ANEXO B – RELATÓRIO DE DANOS DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Relatório Gerencial - Danos Informados

Data Inicial: 01/01/2014

Data Final: 01/01/2015

Estado: RS

1. DETALHAMENTO DE DANOS

UF	Município	COBRADE	População	Mortos	Feridos	Enfermos	Desabrigados	Desalojados	Desaparecidos	Outros afetados	Total afetados
RS	Jaguari	12200 - Enxurradas	11.478	0	0	0	8	7	0	4.300	4.315

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

Relatório Gerencial - Danos Informados

Data Inicial: 01/01/2016

Data Final: 31/12/2016

Estado: RS

1. DETALHAMENTO DE DANOS

UF	Município	COBRADE	População	Mortos	Feridos	Enfermos	Desabrigados	Desalojados	Desaparecidos	Outros afetados	Total afetados
RS	Jaguari	12200 - Enxurradas	11.478	0	0	0	45	100	0	3.000	3.145